



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUI – UESPI
CAMPUS ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA- PARNAÍBA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

JACQUELINE ALMEIDA DE SOUSA

O ESCRAVO PIAUIENSE OITOCENTISTA: A partir do jornal *O Piauí* dos anos de
1870 a 1873

Parnaíba- PI
2016

JACQUELINE ALMEIDA DE SOUSA

O ESCRAVO PIAUIENSE OITOCENTISTA: A partir do jornal *O Piauí* dos anos de 1870 a 1873

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual do Piauí como pré-requisito para a obtenção do título de Licenciado em História. Orientador(a): Mary Angélica Costa Tourinho

Parnaíba- PI
2016

S725e

Sousa, Jacqueline Almeida de.

O Escravo Piauiense Oitocentista: A partir do Jornal O Piauhy dos anos 1870 a 1873. / Jacqueline Almeida de Sousa - Parnaíba: UESPI, 2016.

88 f.

Orientador: Prof. Dra. Mary Angélica Costa Tourinho.

Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Piauí, 2016.

1. Imprensa 2. Escravidão 3. Jornal O Piauhy 4. Discurso I. Tourinho, Mary Angélica Costa II. Universidade Estadual do Piauí III. Título

CDD326

JACQUELINE ALMEIDA DE SOUSA

O ESCRAVO PIAUIENSE OITOCENTISTA: A partir do jornal *O Piauí* dos anos de
1870 a 1873

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura
Plena em História da Universidade Estadual do
Piauí como pré- requisito para obtenção do título
de Licenciado em História.

Aprovada em ___/___/_____

Banca Examinadora

Prof.(a) Dr.(a) Mary Angélica Costa Tourinho
(Orientadora)

Prof.(a) Esp. Ivanilda Sá Quixaba Ferreira
(Examinador Interno)

Prof.(a) Msc. Maria Dalva Fontenele Cerqueira
(Examinador Externo)

AGRADECIMENTOS

É de extrema relevância primeiramente deixar claro que aqui se concretiza um SONHO, e para tanto quero inicialmente agradecer ao Deus supremo, pela oportunidade de realizá-lo; pelo dom da vida; por todas as conquistas realizadas; pelas pessoas que amo tanto e principalmente pelas tantas vezes que me manteve em equilíbrio quando a vida e as mazelas do mundo me colocaram em xeque o que é viver nesse mundo onde acha-se que se sabe muito, mas que na verdade não se sabe de nada, não me deixando fraquejar nos momentos difíceis de angústia, onde foi preciso ser forte para concluir tão grande sonho.

Quero agradecer também a minha família que sempre esteve presente na minha vida, me apoiando, acompanhando todos os passos que eu segui e estando presente em todos os sonhos que almejei conquistar. Quero agradecer especialmente aos meus pais, seu Benones e dona Divina, pelo exemplo de pessoas que são por todo o esforço e abdicção de seus sonhos em prol dos meus, sei que vocês fizeram o possível e o impossível para que este sonho se realizasse, a vocês dedico toda a minha existência, sem vocês eu simplesmente não seria nada. Meu muito obrigada!!

Ao meu padrinho Antônio Airton, que mesmo distante sempre se manteve presente me dando força e me incentivando a continuar, muito obrigada!! A todos os meus irmãos (não citarei nomes, pois são dez, daria quase uma nova monografia falar de cada um de vocês... rsrs), amo cada um com as suas singularidades, aos meus sobrinhos que tanto amo, meus cunhados e cunhadas, vocês fazem dos meus dias os mais felizes desse mundo, obrigada pela existência de cada um.!!

Obrigada a UESPI que se tornou meu segundo lar, foi extremamente gratificante esses quatro anos que vivi aqui, obrigada pelas experiências que me proporcionou, pelos momentos de alegria e até mesmo os de tristeza, pois cada momento desses me serviu de aprendizado, saiu com certeza um ser humano muito diferente do que entrei, e considero que foi uma mudança para melhor, quatro anos de muito aprendizado e conhecimento, para além do acadêmico, foi um conhecimento da e para a vida.

Um carinho todo especial aos meus professores que contribuíram de forma positiva para a minha formação, João Carlos, Leandro, Ivanilda, Dalva, Quixaba, Clódson, Sérgio Luiz, Inegla,

André; em especial ao Edson Holanda e Roberto Kennedy que mesmo com o pouco tempo de convivência nos conquistou de maneira singular, Edson que me deu a oportunidade do PIBIC, um projeto que tem suas ramificações desembocadas neste trabalho que aqui se concretiza, Kennedy que nos cativou com seu jeito rebelde de ser, nos mostrando que nós não nascemos nós, mas nos tornamos nós. Meu muito obrigada a todos.

À minha orientadora Mary Angélica que com disposição e gentileza abraçou a minha causa quando mais precisei, no momento de angústia acadêmica (pré e pós monografia) me mandou uma mensagem e disse, “fique tranquila, vai dar certo”, obrigada por ter acolhida essa orientanda confusa... rsrs

Pensativa agora escrevo sobre uma pessoa tão especial que Deus colocou em minha vida, minha amiga Miriele, (a gente precisava um dia se encontrar), e isso aconteceu na universidade, “justamente na universidade”, nosso santo bateu como se se nos conhecêssemos de outras vidas, o que aparentemente se ver em você é apenas uma camuflagem para esconder o coração mole que você tem, bruta, MAS, na verdade uma sensível e chorona, (um caranguejo perde é feio pra te amiga..kkk) a gente as vezes dar “choque” (mas é por que nossos signos são complicados né?!..kkk), mas sei o quanto nos gostamos. Obrigada pelos puxões de orelha, pelos conselhos, pelo ombro amigo, você esteve presente quando eu mais precisei, quatro anos (modéstia a parte muito bem vividos né amiga?! Rsrs..), foram tantos momentos de alegria, foram tantas lágrimas, tantas reflexões, nós nos ajudamos tanto, sou grata a Deus pela amizade, tenho a certeza que uma ponte separando dois Estados não vai destruir o que construímos nesses quatro anos de irmandade, a você meu muito obrigada!!

Mais pensativa ainda lembro de um serumaninho chamado Gabriela, pois é né Gabriela.. rsrs (destabocada, desastrada, desorganizada, e segundo ela, “mongol” ainda..kkkk) como não falar dessa pessoa, que com um jeito doce e humilde conquistou um espaço muito importante no meu coração, como não sorrir perto de você, cativante e espontânea conquista até os corações mais “desapegados” (entendedores entenderão..kkk) obrigada amiga pelo apoio, você foi mais um presente que Deus me deu nesses quatro anos de universidade. Peço a Deus que perpetue essa irmandade, nossos laços se estreitarão, pois serei agora sua madrinha do tão sonhado casamento. Vida longa a nós, felicidade nessa sua nova vida. Muito obrigada amiga!!

Como não falar do meu amigo Messias, que no auge das suas instabilidades emocionais me arrancou o mais sincero dos sentimentos, muito obrigada meu amigo pela amizade, que nunca

deixemos que os acasos da vida nos separe. E como esquecer do *good vibes*, meu amigo Gabriel, sempre no clima do *surf* se mostrou uma pessoa encantadora, sou tua fã, obrigada pela amizade!! A Samara, minha amiga loiríssima (tá querida... rrsrs), obrigada pelos momentos que me escutou, pela companhia.

Meu muito obrigada a todos que fizeram dos meus dias de faculdade os melhores, a Neta, Marciane, Vanessa, Luciana, Samira, Marlane, Denis, Italo, Paulo Eudes e todos os que conviveram comigo. Obrigada pela parceria. E a todos os que passaram por mim, que direta ou indiretamente contribuíram para que minha estadia na universidade fosse mais leve.

Às minhas amigas que Deus me deu desde a infância, Rafaela minha amiga obrigada por todas as vezes que me escutou e me deu um conselho experiente, por todas as vezes que me disse, “amiga não faz assim”, “amiga tá errado”, “amiga vai passar”, “amiga vai dar certo”, obrigada pela amizade sincera e pela torcida pelo meu sucesso, meu muito obrigada. À Teresa que nem a distância conseguiu corroer tamanho afeto, obrigada pelo carinho e por gostar de mim do jeito que eu sou. Amo vocês do fundo do meu coração!!

Às minhas loucas preferidas, Amanda e Mirelly, aos serumaninhos que me ensinaram que mesmo sofrendo a gente pode vadiar com os outros e que, “*cachaça não faz bem a saúde, mas, rende boas histórias para o coração*” (CARVALHO, 2016).

Às mais *good vibes* que já conheci, Luany e Halane, aprendi com vocês que muita das vezes a vida é pesada e injusta, mas que com uma boa dose de boa vontade tudo se ajeita, obrigada pela oportunidade de ter conhecido vocês...

Às minhas duas filhotas Zabely e Pequena (minhas duas gatinhas), obrigada por rasgarem minhas folhas de anotações, por puxarem os fios das minhas calças, por me deixarem angustiada quando resolvem sumir, por passarem por cima do teclado do computador sempre que eu estava escrevendo a sofrida monografia, mas a cima de tudo, obrigada pelo afeto sincero, pelo miado e ronronar que nada mais é do que pedidos de carinho e de afago, duas bolinhas de pelo que fazem meus dias mais bonitos, sou nada mais do que uma criança perto de vocês minhas bebês, vocês chegaram no momento certo da minha vida, pra compartilhar comigo esse afeto sincero que só as vocês dedico.

Obrigada a duas pessoas que fizeram desses últimos quatro anos da minha vida os mais loucos e sem explicação que se pode ter, vocês foram muito importantes para o meu crescimento enquanto ser humano, o que eu aprendi com vocês eu não conseguiria descrever em um simples

agradecimento de monografia, vocês foram a “Revolução Francesa” e os “Anos 70” da minha vida. Obrigada pela contribuição, vocês foram importantes na minha vida, assim como esses momentos foram para a História.

No mais, só tenho a agradecer os que fizeram de cada momento da minha vida os melhores!!

Dedico a minha família, em especial aos meus pais seu Benones e dona Divina pelo amor e apoio incondicional; a Deus, pelo equilíbrio e dom da vida; e aos amigos de caminhada

RESUMO

O presente trabalho analisa os discursos e peculiaridades do escravismo piauiense dos anos de 1870 a 1873, através do jornal *O Piauí* (*Órgão do Partido Conservador*). Para tanto, baseamos-nos nas fundamentações do teórico russo Mikhail Bakhtin, entre outras considerações este pensador defende a ideia de que não existe discurso fora de um contexto social de enunciação. Assim, ao analisar a singularidade do escravismo piauiense na imprensa periódica do então jornal, buscamos analisar como esses discursos eram propagados de acordo com seu contexto social de enunciação do referido jornal. Pertencente ao Órgão do Partido Conservador, seus ideais eram propagados nas suas páginas de modo a confluir entre uma imprensa conivente com a causa e um conservadorismo arraigado.

PALAVRAS-CHAVES: Imprensa; Escravidão; Jornal *O Piauí*; Discurso.

Abstract

This research analyzes the speeches and peculiarities of Piauí slavery in the years 1870-1873, through the newspaper *The Piauí* (Conservative Party organ). Therefore, we base ourselves in the foundations of the Russian theorist Mikhail Bakhtin, among other considerations this thinker defends the idea that there is no speech outside a social context of enunciation. Thus, when analyzing the Piauí's uniqueness slavery in the periodical press of the then newspaper, we analyze how these speeches were propagated according to their social context of the Journal enunciation. Belonging to the Conservative Party organ, his ideals were propagated on your pages in order to converge from a conniving press to the cause and a deep-rooted conservatism.

WORDS- KEYS: Press; Slavery; The newspaper *Piauí*; Speech.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Capítulo I – A utilização da imprensa para a escrita da História	17
1.1 A imprensa como objeto e fonte de pesquisa.....	18
1.2 Breve introdução à História da Imprensa no Brasil.....	23
1.3 Breve Introdução à História da Imprensa no Piauí.....	28
Capítulo II – O escravo como participante da formação social do Brasil e do Piauí	36
2.1 Breve Histórico sobre a chegada e condição do africano escravizado no Brasil Colônia.....	37
2.2 O escravo na constituição social piauiense.....	47
Capítulo III- Imprensa e escravidão: uma discussão sobre questões escravocratas no jornal <i>O Piauí</i>	54
3.1 Imprensa periódica piauiense: uma descrição do jornal <i>O Piauí</i> (<i>Órgão do Partido Conservador</i>).....	55
3.2 Discursos do jornal <i>O Piauí</i> sobre descrições de peculiaridades do escravismo piauiense.....	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	86

INTRODUÇÃO

Assim como em outros registros escritos, a imprensa também tem contribuído nestes últimos anos para historiar as pistas deixadas pelo indivíduo sobre o pensamento não só histórico, como também sobre as várias instâncias das ciências humanas ao longo do século XX no Brasil. O que nos permite encontrar diversas informações das mais variadas formas do pensamento histórico.

A imprensa passou neste sentido a ser entendida como uma inovação dentro do campo da pesquisa, principalmente referente aos estudos pertencentes à História. Essa nova forma de ver e escrever a História ocorreu a partir do surgimento de uma visão ampliada sobre o uso das fontes, proporcionando aos cientistas das ciências humanas ampliarem seus conceitos e metodologias. Assim, instaurou-se essa nova perspectiva de uma História mais abrangente, o que fez permitir seu enriquecimento na medida em que visava uma grande aproximação com outras ciências, dando maior sentido para a inovação temática em oposição a História dita tradicional, narrativa e política por uma História problemática.

Neste sentido, tomamos a imprensa como fonte e objeto desta pesquisa, e como pressupostos iniciais, ressaltamos a história desse veículo de comunicação em nível de Brasil, com ênfase também para o território piauiense, Estado brasileiro que foi simultaneamente palco de produções e grande circulação de periódicos durante a passagem dos séculos XIX e XX, período que ocorria paralelamente os desdobramentos da implantação da nova República, da abolição da escravatura e fim do império, fenômenos que não estariam isentos dos olhares dessa imprensa que se desenvolvia de acordo com os novos padrões do que seria a modernidade daquele momento.

Desta feita, o principal objetivo deste trabalho situa-se nas questões que diz respeito a escravidão contidos e propagados pela imprensa periódica do jornal *O Piauí* (*Órgão do Partido Conservador*) de fins do século XIX e início do século XX. Assim, o presente trabalho analisou os discursos perpassados sobre a escravidão nas páginas deste periódico, ressaltando as peculiaridades do escravismo piauiense dos primeiros quatro anos da década de 1870 do século XIX.

O recorte se dá em virtude da disponibilidade de nossa principal fonte, que também é

nosso objeto de pesquisa, a saber, o jornal *O Piauí* dos anos de 1870, 1871, 1872, 1873, disponível de forma esparsa no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional¹. Esse trabalho se insere no contexto da História do Brasil e do Piauí de fins do século XIX, devido o dispêndio de nossa fonte.

Nesta pesquisa buscamos corroborar com uma visão da história da imprensa do Brasil e do Piauí, como a escravidão foi se inserindo nos debates destes meios impressos, para tanto utilizamos as fundamentações dos autores que tratam da história da imprensa do Brasil, a saber, Tania Regina De Luca e Ana Luiza Martins em a “*História da imprensa no Brasil*” (2008), e Celso Pinheiro Filho com a obra intitulada “*História da Imprensa no Piauí*” (1997), obras que nos deram embasamento sobre este meio de comunicação, auxiliando- nos como suporte de conhecimento para adentrarmos em nosso objeto.

Como objeto de estudo e centro das discussões e análises ressaltamos as peculiaridades do escravismo piauiense perpassado pelo o referido jornal, bem como os discursos propagados pelos redatores sobre o sistema escravocrata e suas peculiaridades no que diz respeito às noções de abolição deste sistema. Como recorte temporal optou- se pelos anos de 1870, 1871, 1872 e 1873, como fora anteriormente mencionados, após o contato com as fontes que são os jornais dos referidos anos, perfazendo um total de 150 páginas analisadas, que foram de fundamental importância para a delimitação do tema.

Para tanto utilizamos como embasamento teórico desta pesquisa as fundamentações do teórico Mikhail Bakhtin que entre outras coisas nos fala que “a enunciação de um signo é sempre também a enunciação de índices sociais de valor” (BAKHTIN, 2002, p.54). Ou seja, o discurso não se encontra fora do contexto social de enunciação, desta forma procuramos perceber como os discursos dos redatores do jornal *O Piauí* perpassavam os debates em torno da escravidão e suas peculiaridades.

Assim, nos foi de grande valia também a discussão proposta por José D’Assunção Barros² sobre o conceito de Escravidão, onde a proposta do moderno sistema escravocrata implantado pelos europeus nas Américas, a partir da força de trabalho africana, encontra-se fundamentalmente organizada em torno de um modo ainda mais radical de enxergar a

¹ Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx> . (acesso: em 18 de agosto de 2016, às 22h20min)

² BARROS, José D’Assunção. **Escravidão Clássica e Escravidão Moderna. Desigualdade e Diferença no Pensamento Escravista: uma comparação entre os antigos e os modernos.** Ágora. Estudos Clássicos em Debate. Nº 15. 2012. p. 195- 230

Escravidão. Essa proposta moderna, para o caso aqui brasileiro, traz em seu bojo o conceito de "Racialização da Escravidão", pois se apropriando da ideia de inferiorização dos povos africanos pela justificativa do "paganismo" como descendentes diretos dos filhos de Cam³, no qual estavam destinados a serem salvos pelos europeus; bem como a pigmentação da cor da pele, dando a estes um caráter de "raça" proporcionalmente divergente dos povos europeus de pele branca; seriam a pedra de toque para a justificativa do processo de exploração desses povos.

Partindo destes fundamentos, compreendemos como a escravidão se processou aqui nas Américas e as razões pelo qual justificaram tamanho sistema bárbaro, ceifando a vida de milhares de sujeitos, e subjugando aos mais tórridos trabalhos insalubres outros tantos.

Em relação à metodologia utilizamos os embasamentos teóricos de Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado, que entre outras coisas nos fala que os jornais são fontes preciosas onde os sujeitos anônimos podem ser observados, permitindo várias releituras do passado a partir da imprensa, pois: “O Jornal, como afirma Wilhelm Bauer, é uma verdadeira mina de conhecimento: fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio de expressão e depósito de cultura” (CAPELATO, PRADO, 1988, p. 21).

Ainda sobre o jornal Tania Regina De Luca (2008), nos fala que os jornais bem como as outras fontes de pesquisa, não deve limitar-se como um receptáculo de verdades, ao contrário, o que se propõe é pensá-lo a partir de suas parcialidades, antes de qualquer coisa esse veículo jornalístico, assim como as outras fontes de pesquisa, é dotado de interesses e paixões, o pesquisador dos jornais trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. (LUCA, 2008).

Desta forma, o presente trabalho dividiu seu objeto em três capítulos de maneira a construir um olhar sobre o jornal *O Piauí*, e seus vários discursos sobre a escravidão e suas peculiaridades, assim, no primeiro capítulo expomos de forma sucinta como a imprensa se

³ Invoca-se neste sentido o mito fundador e legitimador para a escravidão dos povos negros, ali considerados como os descendentes diretos de Cam, um dos três filhos de Noé, a maldição paterna que lhe rogara o patriarca diluviano ao se sentir desrespeitado pelo filho, *Maldito seja Canaã que ele seja, para seus irmãos o último dos escravos* (Gênesis IX, 18- 27). Cam e Canaã (este último filho do primeiro) têm neste versículo do Gênesis toda a sua descendência irremediavelmente comprometida pela impiedosa maldição paterna, referendada por todo o seu peso bíblico. In. (BARROS, José D'Assunção. **Escravidão Clássica e Escravidão Moderna. Desigualdade e Diferença no Pensamento Escravista: uma comparação entre os antigos e os modernos.** Agora. Estudos Clássicos em Debate. nº 15. 2012. p. 195- 230).

desdobra como objeto e fonte de pesquisa para a escrita da História, delineando nos tópicos seguintes uma breve história da imprensa no Brasil e no Piauí, objetivando dessa forma delinear um contexto para o nosso objeto.

No segundo capítulo expomos a participação do escravo na formação social do Brasil e do Piauí, ressaltando a chegada e condição do africano escravizado no Brasil colônia e sua contribuição na constituição social do Piauí, utilizando neste capítulo os embasamentos teóricos do conceito de escravidão proposto por José D'Assunção Barros, objetivando dessa forma fazer um levantamento da condição desses sujeitos que viveram durante quase quatro séculos sob o jugo do cativo.

Já no terceiro capítulo fizemos uma análise sobre o jornal *O Piauí*, ressaltando os discursos sobre a escravidão e suas peculiaridades perpassados pelos redatores deste jornal, para tanto utilizamos como embasamento teórico o conceito de discurso proposto por Mikhail Bakhtin, objetivando dessa forma perceber esses discursos como pertencente do seu lugar de fala, já que nosso objeto de estudo trata-se de um periódico pertence ao órgão do Partido Conservador.

Por último desejamos deixar claro que nosso intuito não é esgotar ou mesmo insinuar como findada esta pesquisa sobre a análise do jornal *O Piauí* e seus discursos sobre a escravidão e suas peculiaridades dos quatro primeiros anos da década de 1870 do século XIX, mas sim, tornar como ponto de partida estas análises em pesquisas futuras.

CAPÍTULO I
A UTILIZAÇÃO DA IMPRENSA PARA A ESCRITA DA HISTÓRIA

1.1. A imprensa como objeto e fonte de pesquisa

O reconhecimento da imprensa escrita como fonte e objeto de pesquisa histórica, tem como marco inicial a década de 1970. Segundo a historiadora Tania Regina de Luca (2008), este período apresentou-se como um momento escasso na produção historiográfica de trabalhos que tinham como fonte jornais e revistas para o conhecimento da história do Brasil.

Embora houvesse um reconhecimento da importância dos impressos, devido a sua introdução e difusão no país desde o século XIX, houve resistência por grande parte dos historiadores em escrever a História por meio da imprensa, pois segundo Tania De Luca, “a preocupação era escrever a História da Imprensa, mas era preciso mobilizá-los para a escrita da história por meio da imprensa”. (LUCA, 2008, p. 111).

Ainda de acordo com a historiadora:

Não se pode desprezar o peso de certa tradição, dominante durante o século XIX e as décadas iniciais do século XX, associada ao ideal de busca da verdade dos fatos, que se julgava atingível por intermédio dos documentos, cuja natureza estava longe de ser irrelevante. Para trazer à luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual, precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo. Estabeleceu-se uma hierarquia qualitativa dos documentos para a qual o especialista deveria estar atento. Nesse contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas “enciclopédias do cotidiano” continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas. (LUCA, 2005, p. 111- 112).

Tal premissa fundamentou que o fazer historiográfico seria feito apenas por meio de documentos escritos e oficiais, nestas condições os jornais estariam fora de qualquer possibilidade de servirem como fonte de pesquisa para a escrita da História, uma vez que estes impressos eram fragmentados e dotados de interesses.

Sobre estas indagações nos acrescenta ainda Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva em o *Dicionário de Conceitos Históricos*, quando nos fala que seria tarefa do historiador diante dos documentos, apenas, "recolhê-los e submetê-los à crítica externa e à crítica interna

para comprovar sua autenticidade. Nessa concepção, os documentos transmitiam o conhecimento histórico por si, e ao historiador só cabia coletá-los e agrupá-los, não questioná-los." (SILVA, 2005, p. 158).

No entanto, como nos aponta ainda os historiadores Kalina Silva e Maciel Silva (2005), estas concepções começariam a ser criticado ainda durante o século XIX sob a influência de Karl Marx⁴, um dos precursores da contestação à pretensa objetividade imparcial na História. Mas, foi só a partir de 1930, com um grupo de historiadores franceses ligados a então chamada *Escola dos Annales*⁵, que se impulsionaria a crítica a essa noção de documento como espelho da realidade, da verdade e da objetividade. (SILVA, 2005, p. 159).

Pois tomando como base o conceito proposto por Kalina Silva e Maciel Silva de fonte histórica e documentos compreendemos- os como sendo:

Fonte histórica, documento, registro, vestígio são todos termos correlatos para definir tudo aquilo produzido pela humanidade no tempo e no espaço; a herança material e imaterial deixada pelos antepassados que serve de base para a construção do conhecimento histórico. (SILVA, 2005, p. 158)

Neste sentido, compreendemos que para além dos escritos oficiais, os jornais, bem como outros registros produzidos e deixados pelo homem, são fontes passíveis de análise do historiador ou de qualquer outro especialista interessado no passado humano. Assim, a escrita da História não mais seria feita exclusivamente por documentos emanados do governo, pois o manancial de fontes se fazia agora presente diante do historiador.

Com essa abertura e nova interpretação do conceito de documento, abriu- se novas possibilidades de renovação no pensamento e na pesquisa histórica, a partir de então o fato histórico deixou de ser entendido como dado de forma verídica e real pelo documento, uma

⁴ Apesar de juntamente com Engels Marx afirmar que “Nós só conhecemos uma ciência, a ciência da História” (MARX, ENGELS, p. 39, 2007), e de se inserir na chamada historiografia científica do século XIX, onde predominava o positivismo que se utilizava exclusivamente das fontes oficiais (REIS, 2006), Marx foi um dos pioneiros quando do uso de outros materiais de análise historiográfica, neste sentido os periódicos tem grande destaque, pois os mesmos são largamente utilizados por Marx, notadamente em: MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. Ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

⁵ A chamada Escola dos Annales foi o movimento historiográfico que girou em torno da revista dos Annales fundada em 1929 na França, por dois historiadores franceses chamados Marc Bloch e Lucien Febvre que expandiu os temas, as fontes e as abordagens historiográficas para além do positivismo, segundo Peter Burke “O grupo ampliou o território da história, abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados por historiadores tradicionais” (BURKE, 1991, p. 89). Para uma compreensão mais detida sobre os Annales ver ainda: DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales a nova história*. Ed, 2ª reimpr. Campinas, editora da Unicamp, 1992.

história do Estado e de suas atividades, de eventos essencialmente políticos, de uma história científica produzida por um indivíduo que se neutraliza enquanto sujeito para fazer aparecer seu objeto. Ou seja, o documento não era mais o portador da verdade irrefutável sobre o passado.

Jacques Le Goff faz referência a essa questão e diz que era preciso agora “tomar a palavra documento no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, imagem, ou de qualquer outra maneira” (LE GOFF, 1999, p. 98). Ideias como estas estão também contidas no já citado livro *Dicionário de Conceitos Históricos* dos autores Kalina Silva e Maciel Silva quando nos diz que, “o conceito de documento foi modificado qualitativamente abarcando a imagem, a literatura e a cultura material, demonstrando a nova concepção histórica dominante em pesquisa sobre a cultura e o cotidiano, a alimentação e a saúde, as mentalidades coletivas.” (SILVA, 2005, p. 159).

A partir de então, a fonte histórica passou a ser construção do historiador e de suas perguntas, sem deixar de lado, a crítica documental, pois questionar o documento não era apenas construir interpretações sobre ele, mas também conhecer sua origem, sua ligação com a sociedade que o produziu, entre outros (SILVA, 2005, p.159)

Com a ampliação dos conceitos de fonte e documentação, ampliou-se também o campo da produção historiográfica, esta ampliação das temáticas e abordagens, foi também propiciado principalmente pelo contato com as outras disciplinas das ciências humanas, agora então em contato com os ideais da *Escola dos Annales* anteriormente citada; ampliando as pesquisas que passaram a tratar com novos objetos, sob novos enfoques e métodos, e com outras fontes capazes de responder a este novo problematizador, numa perspectiva historiográfica preocupada com um passado humano mais amplo, uma história-problema que vai além do político e do econômico, contribuindo para a proliferação do universo das fontes.

E foi justamente dentro desse contexto que a visão depreciativa em relação aos jornais passaria a ser questionada, pois a partir desse momento historiadores passaram a reconhecer a importância dos meios impressos nas pesquisas históricas. E a imprensa que antes era tida como fonte suspeita e sem credibilidade, devido ao seu caráter "subjetivo" na narrativa, passou a ser considerada como um material de pesquisa valioso e uma das principais fontes de informação e pesquisa histórica.

A partir desse novo olhar, a História começa a procurar entender as ações humanas por

diferentes formas de conhecimento. Que segundo Ana Luiza Martins (2001), através deste diálogo com a documentação, foi possível perceber “os silêncios, preencher vazios, recuperando nuances reveladoras do processo histórico” (MARTINS, 2001, p.18).

O estudo com a fonte jornalística permitiu ampliar os horizontes para novas reflexões e problemáticas nos conhecimentos sobre as sociedades do passado. Para Maria Helena Capelato:

A imprensa oferece amplas possibilidades para isso. A vida cotidiana nela registrada em seus múltiplos aspectos, permite compreender como viveram nossos antepassados – não só os “ilustres” mas também os sujeitos anônimos. O Jornal, como afirma Wilhelm Bauer, é uma verdadeira mina de conhecimento: fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio de expressão de idéias e depósito de cultura. Nele encontramos dados sobre a sociedade, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas e políticas (CAPELATO, 1988, p.21).

Assim, o uso dos jornais bem como as outras fontes de pesquisa, não deve limitar-se como um receptáculo de verdades, ao contrário, o que se propõe é pensá-lo a partir de suas parcialidades, antes de qualquer coisa esse veículo jornalístico, assim como as outras fontes de pesquisa, são dotadas de interesses e paixões, pois segundo Tania De Luca (2008), o pesquisador dos jornais trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. (LUCA, 2008)

De acordo com a mesma autora, vários são os cuidados que um pesquisador de periódicos deve tomar, pois um primeiro passo a ser dado é a observação da materialidade do impresso, devendo ter em vista que a grande variação na aparência, imediatamente apreensível pelo olhar diacrônico, resulta da interação entre métodos de impressão disponíveis num dado momento e o lugar social ocupado pelos periódicos. (LUCA, 2008, p. 131)

Historicizar a fonte é outro dos aspectos que Tania De Luca nos apresenta e que devem ser levados em conta no processo de análise desses periódicos, dessa forma, o historiador que se utilizar desse tipo de fonte, deverá dentre outros aspectos, investigar: de que forma os impressos chegaram as mãos dos leitores, qual a aparência física do mesmo (formato, tipo de papel, qualidade de impressão, capa, presença/ausência de ilustrações), a estruturação e divisão do conteúdo, as relações que manteve (ou não) com o mercado, a

publicidade, o público a que visava atingir, os objetivos propostos, entre outros. (LUCA, 2008, p. 132)

Dito de outra maneira, o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na história, sendo essa a tarefa primeira e passo essencial das pesquisas com fontes periódicas (LUCA, 2008, p.139).

Desse modo, ao fazermos uso da imprensa como mecanismo de investigação, é necessário nos atermos as suas armadilhas, e não aceitarmos totalmente o que encontramos. Aproximando-se de seu objeto de estudo sem antes filtrá-lo através de uma crítica bem mais severa. E é nessa perspectiva que utilizaremos os periódicos como fonte e objeto desta pesquisa, a fim de abarcá-los no sentido de fazer emergir destes, suas várias nuances e abordagens, levando em conta seu contexto social de produção, assim como, suas vertentes editoriais.

Apresentaremos logo de início de forma resumida, passos preliminares onde a imprensa é tida como objeto e fonte desta pesquisa, a finalidade desta apresentação é situar o leitor na questão central deste trabalho. Todavia, julgamos necessário de início fazer um breve histórico da imprensa no Brasil e no Piauí a fim de nos localizarmos com nossa temática.

Valendo- nos da história da imprensa no Brasil para o desenvolvimento desta pesquisa, citamos como exemplo o pioneiríssimo trabalho de Nelson Werneck Sodré, intitulado “História da Imprensa no Brasil” (1966), é de autoria deste autor os “primeiros passos” da empreitada de uma sistematização da história deste veículo jornalístico.

No campo propriamente historiográfico, vale mencionar as reflexões pioneiras de Ana Maria de Almeida Camargo (1971), sobre os procedimentos metodológicos que envolvem o uso de fontes periódicas, e o clássico estudo de Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado (1988), sobre os editoriais do jornal O Estado de São Paulo, que abriram as portas para abordagens que fazem dos impressos periódicos fonte e objeto do historiador.

Não desfavorecendo os autores anteriormente citados, que logicamente são importantíssimos para o entendimento da história da imprensa e dos meios de comunicação, tomo como principal referência para esta análise "*História da Imprensa no Brasil*", de autoria de Ana Luiza Martins e Tania Regina De Luca (2008).

Inicialmente, Tania De Luca e Ana Luiza fazem uma breve reflexão a cerca das dificuldades de se trabalhar com os periódicos impressos, pois "na sua maioria, os trabalhos

sobre imprensa no Brasil têm se voltado para análises pontuais e fragmentadas, por vezes pensadas em amplo espectro, mas que acabam interrompidas e inconclusas pela inviabilidade da magnetude da empreitada" (LUCA, MARTINS, 2008, p. 14). De fato, devido ao seu volume imenso de material, essa análise muitas das vezes torna-se impossível para um historiador devido a sua continência.

Outro fator preponderante que as historiadoras nos aponta diz respeito a má preservação desse material, o que leva o historiador a manuseá-lo de maneira fragmentada e imparcial, pois, "[...] os tratamentos persistem sob a forma de recortes isolados, coletânea de textos e aportes variados sobre a temática." (LUCA, MARTINS, 2008, p. 14). Ou seja, para além da magnetude de tais acervos, na maioria dos casos, esses materiais são relegados ao esquecimento, e não sendo tratados com os devidos cuidados, estes são perdidos ou mesmo destruídos com o passar dos tempos.

1.2. Breve introdução à História da Imprensa no Brasil

Assim, antes de adentrarmos propriamente à história da imprensa do Brasil, é relevante ressaltarmos a participação e contribuição dessa imprensa nos processos históricos brasileiros, pois esse veículo de comunicação esteve intimamente ligado seja como protagonista ou como espectador ativo nesses processos, a esse respeito nos diz Tania De Luca e Ana Luiza:

A nação brasileira nasce e cresce com a imprensa. Uma explica a outra. Amadurecem juntas. Os primeiros periódicos iriam assistir à transformação da colônia em Império e participar intensivamente do processo. A imprensa é a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira. Tem certidão de nascimento lavrada em 1808, mas também é veículo para a construção do passado. (LUCA, MARTINS, 2008, p.8)

Desta feita, Tania De Luca e Ana Luiza fazem uma viagem na História desse veículo de comunicação, e essa viagem tem como ponto de partida o ano de 1808 com a chegada da Coroa Portuguesa ao Brasil, momento crucial para a imprensa, pois foi a partir desse evento que esse difusor jornalístico instalou-se de forma legítima com a primeira tipografia, com a chamada Impressão Régia (LUCA, MARTINS, 2008, p. 23).

Entretanto, apesar desse marco legal para esse meio de comunicação, este já vinha se desdobrando em meio às "ilegalidades" e fugindo da censura da coroa portuguesa, sobre isso

nos aponta as historiadoras que, “antes mesmo de 1808, foi possível inventariar mais de trezentas obras de autores nascidos no território brasileiro, incluindo não só livros, mas impressos anônimos (...) (LUCA, MARTINS, 2008, p. 24)”. Ou seja, mesmo cientes da ilegalidade de uma imprensa sistemática antes desse período, coexistiam em meio a artimanhas, textos que se avolumavam e circulavam com certa periodicidade principalmente nos grandes centros do Brasil.

Foi o caso do jornal *Correio Braziliense* surgido em 1808, era produzido em Londres, circulava no Brasil em meio aos entraves governamental, pois este além de não ser ligada a coroa portuguesa, então instalada no Brasil, ainda fazia críticas à mesma. Porém, é sabido que o *Correio Braziliense* não foi o primeiro jornal feito na Europa a ser lido no Brasil, desde 1778, por exemplo, a *Gazeta de Lisboa* circulava pela América portuguesa, inclusive no Rio de Janeiro. Ou seja, havia jornais produzidos na Europa e normalmente recebidos no Brasil pelo menos desde o século XVIII. (LUCA, MARTINS, 2008, p. 30)

Segundo Tania De Luca e Ana Luiza, essa imprensa periódica embora disseminasse informações, opiniões e ideias, não praticava até 1808 o debate e a divergência política. Só a partir de 10 de setembro de 1808 passava a sair a *Gazeta do Rio de Janeiro*, na *Impressão Régia* então recém-instalada no território com a chegada da corte portuguesa; foi a *Gazeta do Rio de Janeiro* o primeiro jornal oficial do Brasil. (LUCA, MARTINS, 2008, p. 30). Embora esses dois jornais divergissem em suas ideias, existiam convergências entre eles, ou seja, defendiam idêntica forma de governo, apoiavam o projeto de união luso-brasileira, entre outros.

Para além dessa incursiva no campo político, Tania De Luca e Ana Luiza nos dizem que os jornais que circulavam no Brasil tiveram também um papel destacado na divulgação da literatura. “Havia uma relação estreita dos livros com os jornais periódicos, até porque ambos podem ser definidos como imprensa”. (LUCA, MARTINS, 2008, p. 37). Divulgando o que de mais novo se construía na Europa e nas Américas através das ideias de autores que publicavam em suas páginas dos jornais.

De acordo com as ideias de Tania De Luca e Ana Luiza, as primeiras décadas do século XIX foram marcadas pela expansão do público leitor, das tiragens e do número de títulos, dando à escrita impressa uma crescente importância, apesar de ainda diminuta em relação ao total da população. (LUCA, MARTINS, 2008, p. 39).

Em termos numéricos, certamente não eram muitos os leitores assíduos dos jornais. Mas de qualquer forma, através desses leitores se forma um campo de interatividade, que fazia com que os conteúdos expressos nas páginas dos jornais se configurassem como os grandes responsáveis pela formação da opinião pública.

Configurada a expansão e diversificação do público leitor registrada ainda em inícios do século XIX, mesmo que ainda de forma diminuta em comparação ao percentual da população já registrada neste mesmo período; diversificava-se também os interesses e conteúdos das produções jornalísticas, jornais como o *Jornal do Commercio*, de cunho conservador, uma das melhores representações do jornalismo oficial do Império, dava espaço agora para colunas que traziam agora discussões que tratavam das mais variadas instâncias da sociedade brasileira. (LUCA, MARTINS, 2008).

Como nos fala Tania Regina De Luca e Ana Luiza Martins:

Em 1870 iniciou de forma cautelosa a coluna "A Província", que tratava das questões sociais e econômicas em curso, como a liberdade dos escravos sexagenários, a questão religiosa, eleitoral, federativa, militar e, finalmente, a abolição da escravatura e o destino do próprio regime. (DE LUCA, MARTINS, 2008, p. 54).

Isso decorreu principalmente pelo fato da complexidade que se delineava na sociedade brasileira daquele período, como nos complementa Tania De Luca e Ana Luiza "em face da expansão dos aparelhos administrativos, da ampliação do quadro burocrático e do aumento populacional" (LUCA, MARTINS, 2008, p. 54). Ou seja, o número de leitores que se configurava neste período abrangia a partir de então as várias hierarquias da sociedade, o que fez com que se ampliassem as discussões que circulava na sociedade.

O jornal se impunha agora não mais exclusivamente para delinear os feitos do governo, mesmo que essa imprensa ainda fosse predominantemente política, surgia agora uma complexidade de questões a serem ressaltadas, como nos aponta Tania De Luca e Ana Luzia nesta citação:

O jornal se impunha para a comunicação oficial de atos do governo, para a conexão entre as províncias e o poder central e- a despeito do quadro urbano incipiente- para consumo de proprietários rurais que edificavam casa na cidade, visando alguma protagonização no teatro da política imperial. (LUCA, MARTINS, 2008, p. 54).

Tania De Luca e Ana Luiza ainda nos falam sobre as funções da imprensa brasileira, pois esta foi além do campo político, "veiculadora na divulgação de negócios, pois desde a década de 1820 figurou como instância oportuna na formação de um mercado de trabalho livre, instrumento valioso para empregado e empregador." (LUCA, MARTINS, 2008, p. 55). Ou seja, utilizar os jornais como meio de anunciar a compra e venda de produtos, bem como utilizá-lo para os vários anúncios de trocas de mercadorias eram recorrentes nas páginas dos jornais.

Assuntos como a abolição da escravatura foram também recorrentes nas páginas muitas das vezes ainda rústicas dos jornais brasileiros, isso era em decorrência do contexto que se configurava já em meados do século XIX:

Ali, desde a década de 1840 e a despeito da ordem escravocrata, não eram poucas as mulheres livres que colocavam anúncios em busca de trabalho doméstico. Assim como as patroas, que também anunciavam naquelas folhas, indicando o perfil da empregada que desejam. Eram anúncios que compartilhavam o mesmo quadro dos avisos de compra e venda de cativos, denotando quão imbricado estava o trabalho livre à matriz escravista (LUCA, MARTINS, 2008, p. 55)

Senhores donos de escravos muitas das vezes se utilizavam desses anúncios para fazer suas transações de compras e vendas de escravos, e estes anúncios muitas das vezes estavam lado a lado com anúncios que tratavam da política brasileira, das questões sociais, e principalmente sobre a abolição da escravatura que já se delineava neste período.

Mas foi já no quadro da propaganda republicana e abolicionista que se configurou com maior destaque jornais que tratavam da abolição da escravidão no Brasil, registrado por Ana Luiza e Tania De Luca como o período que "se conheceram novos títulos. A serviço das ideias republicanas estava *O Argos* (1870) e, defendendo o ideal abolicionista, em 1884, circulou *O Abolicionista do Amazonas*." (LUCA, MARTINS, 2008, p. 58).

Já em fins do século XIX a imprensa brasileira vai se configurando com outro formato, o advento dos ideais republicanas e as novas tecnologias trouxe para este veículo um caráter diversificado, ampliando os moldes de se produzir a informação daquele período, sobre isso nos fala Tania De Luca e Ana Luiza:

Nesse período de transformações, a imprensa conheceu múltiplos processos de inovação tecnológica que permitiram o uso de ilustração diversificada-charge, caricatura, fotografia-, assim como aumento das tiragens, melhor qualidade de impressão, menor custo do impresso, propiciando o ensaio da comunicação de massa. (LUCA, MARTINS, 2008, p. 83).

No entanto, isso só foi possível, para além das inovações tecnológicas desse período, com a melhoria dos transportes, ampliando os meios de comunicação e potencializando o consumo de toda ordem. Na verdade, o jornal que vai se definindo no final do século XIX, apresentava-se com uma riqueza de conteúdo considerável. Nestes jornais, talentosos escritores desfilavam com textos que se inseriam nos vários campos, indo da poesia, teatro, ficção, filosofia, história e naturalmente, no da imprensa.

Todas essas alterações no processo de produção e transmissão da informação reconfiguraram o mercado e a dinâmica intelectual e cultural brasileira. É significativo, nesse contexto, a criação da Academia Brasileira de Letras, em 1908. (LUCA, MARTINS, 2008, p. 94). Desse modo, Tania De Luca e Ana Luiza nos falam que no caráter transformista da sociedade, da política, a imprensa brasileira atua também de forma inovadora. Após a Proclamação da República esse jornalismo:

(...) se transformaria em imprensa republicana, agente do projeto civilizador, secularmente acalentado. Nela, estamparam-se à exaustão as idéias e imagens do progresso pretendidas pela nova ordem. Ao lado da política, a urbanização foi um de seus grandes temas, veiculada pela festejada modernização do aparelhamento jornalístico, com novas oportunidades tecnológicas para a produção e reprodução do texto e da imagem, em que desdobrou a estética literária parnasiana emoldurada por guirlandas art-nouveaux. Conglomerados jornalísticos consolidaram-se naqueles anos eufóricos, introduzindo novas relações no mercado do impresso. O debate político, a veiculação do quadro econômico e a exaltação das transformações urbanas foram conduzidas pela propaganda e pela publicidade, que se profissionalizavam, a serviço de grupos estrangeiros e dos primeiros governos republicanos... frase de ordem: o Brasil civiliza-se. (LUCA, MARTINS, 2008, p. 79/80)

A imprensa nesse período torna-se "grande imprensa", otimizada por uma conjuntura favorável, no entanto, essa grande imprensa era mais perceptível nos grandes centros do Brasil, onde o aparato das novas tecnologias tornava-se mais acessível. Entretanto, juntamente com as publicações oficiais, nasciam as *folhas de oposição* nas pequenas cidades, na capital da província ou na própria corte, chamada de pequena imprensa, com caráter mais

politizado em prol das causas minoritárias e em combate com o governo.

Foi nessa conjuntura de abertura de novas abordagens do fazer dessa imprensa que crescia a cada instante, que surgiram jornais preocupados com as causas minoritárias, dentro desse contexto surgiram jornais que abordavam em suas páginas as questões da abolição da escravatura, período que se configurava grande efervescência das questões republicanas e de abolição da escravidão no Brasil.

No período que se estende da Proclamação da República, os discursos da imprensa se centraram basicamente numa sociedade que busca incisivamente o progresso. Essa transformação apoia-se basicamente no tão propagado incentivo a alfabetização, a insurgente indústria do papel e aparecimento do telefone e telégrafo, que se configuraram como agilizadores do processo de transmissão dos dados que eram elaborados pela redação. A alfabetização, aliás, pedra de toque para os republicanos, acrescente a formação do leitor, que encontrou naquele periodismo o suporte preferencial para o exercício da leitura e das letras.

As transformações no campo da comunicação impressa seguiram indubitavelmente, às transformações no contexto social, político e econômico da sociedade brasileira. No entanto, essas transformações sem sombra de dúvida ocorreram de formas dissonantes nos vários cantos do Brasil, pois enquanto nos grandes centros se acentuava uma imprensa já consolidada nos novos moldes do atual contexto brasileiro, nas províncias no interior do Brasil, para o caso aqui estudado do Piauí, havia uma imprensa que ainda "engatinhava" nos seus mais rústicos processos de produção e circulação da informação. A esse respeito, que trataremos no tópico seguinte deste trabalho.

1.3. Breve Introdução à História da Imprensa no Piauí

Enquanto os grandes centros do Brasil durante os fins do século XIX já viviam sob o espectro da modernidade, sob o signo das novas tecnologias, com os ideais republicanos e o discurso do progresso, o interior desse mesmo Brasil ainda vivia nas suas mais rústicas formas de vida, seja ainda com suas relações sociais de consanguinidade no aparelhamento administrativo do Estado, passando pelo então atraso tecnológico nos diversos setores da sociedade, ou mesmo na educação básica dessas populações.

Era o que acontecia então com o território piauiense neste período, e isso nada mais

era do que as raízes ainda predominantes do período colonial, principalmente nos setores da instrução educacional dessa população. Pois segundo Celso Pinheiro Filho (1997, p. 12- 13), "a grande extensão territorial e a pequena população dispersa (...), fizeram com que não se desse falta da instrução em maior escala”.

No entanto, apesar de tais circunstâncias, sempre existiram nesse território alguns poucos letrados, filhos da terra, para os encargos burocráticos da administração, das igrejas, dos cartórios e dos quartéis. Instrução organizada, embora precariamente, em forma de escolas, oferecida pelo poder público para todos aqueles que quisessem matricular seus filhos, só tivemos mesmo às portas da Independência, devido ao afrouxamento dos laços coloniais. Foi só exatamente, a 15 de janeiro de 1882, que se instalou oficialmente, em Oeiras, a capital do então Estado, a primeira escola primária pública da Capitania. (FILHO, 1997, p. 15)

Foi dentro desse contexto de estagnação perante os grandes centros do Brasil, que o Piauí não viveu as transformações ao mesmo tempo de outras capitais, sejam elas administrativas ou mesmo estruturais, até então já tão desenvolvidas nas grandes capitais brasileiras. Podendo citar a exemplo disso o que acontecia com a grande imprensa, um meio de comunicação eficiente já muito bem desenvolvida em suas técnicas de produção e circulação editorial nas grandes capitais do Brasil.

De acordo com Celso Pinheiro, um dos "pressupostos necessário ao aparecimento do jornal, é a existência dos meios de composição e impressão que, nos primeiros tempos, resumiam-se a tipografias de rudimentar aparelhagem" (FILHO, 1997, p. 26). Ou seja, o Piauí que em fins do século XIX não possuía ainda neste período um aparelhamento suficientemente eficiente para o desenvolvimento de uma imprensa efetiva nos moldes da imprensa que se desenvolvia nas grandes capitais.

Tudo isto gerava um desfavorecimento para esse veículo de comunicação que se desenvolvia, e que almejada entre seus pioneiros ainda engatinhava nas suas formas rústicas de aparelhagem, insuficiente numa produção sistemática e abrangente. E sem contar que, "entre nós, a primeira tipografia, na qual foi impresso o primeiro jornal, veio da Bahia para Oeiras, trazida pelo Padre Antônio Fernandes da Silveira⁶" (FILHO, 1997, p. 26).

⁶ [...] “sacerdote e político nascido em Lagarto (Sergipe). Destacou-se, na Bahia, por ocasião das lutas ali desenroladas pela Independência do Brasil. Nomeado depois Secretário de Governo da Província do Piauí, empossou-se no cargo, em Oeiras, a 20- 09- 1824” (FILHO, 1997, p. 26). (FILHO, Celso Pinheiro. **História da Imprensa no Piauí**. Teresina: Zodiaco, 3ª edição, 1997).

Diante disto, segundo o historiador anteriormente citado, essa imprensa só veio a surgir de fato em meados dos anos de 1832 de maneira ainda artesanal (FILHO, 1997). Assim, é sobre uma breve história da imprensa no Piauí que trataremos neste tópico deste trabalho, onde tomaremos como base a obra intitulada “História da imprensa no Piauí”, do autor Celso Pinheiro Filho⁷, com edição de 1997, onde o autor faz uma breve revisão dos fatos históricos dessa imprensa piauiense.

Nesta obra, apesar de o autor apresentar os principais marcos desse meio de comunicação, o mesmo não estabelece uma periodização para a história dessa imprensa, com definições de cortes cronológicos e características de cada período analisado, mas nos mostra indícios para que seja elaborado uma periodização a partir de critérios científicos em pesquisas futuras.

Para além desses marcos históricos, o autor nos fornece os principais nomes das autoridades do jornalismo de cada período, indivíduos que deixaram aos piauienses e demais interessados na questão, seus legados a então imprensa que surgia e se desenvolvia. No entanto, tomaremos como base apenas os principais momentos, sem nos atermos com delongas aos renomes da imprensa piauiense. Assim, começaremos nossa análise abordando os anos iniciais e subsequentes que circunscreveram este meio de comunicação e suas principais características no contexto piauiense.

Desta feita, em meados do século XIX, o Piauí ainda apresentava-se como um território em processo de formação e desenvolvimento, e isso não foi diferente quanto aos meios de comunicação, em especial os impressos. O primeiro jornal só veio a surgir na terceira década do século XIX, como nos afirma Celso Filho,

O Piauiense- Assim chamou-se o primeiro periódico publicado nesta província, em Oeiras, no ano de 1832. Era editado na Tipografia de Silveira & Cia., que alguns anos depois (1836), tornou-se Tipografia Provincial, e mais tarde, Tipografia Saquarema (1849). O Piauiense foi redigido pelo professor de latim Amaro Gomes dos Santos e parece que também pelo vigário Pe. Antônio Pereira Pinto do Lago. (FILHO, 1997, p. 25)

Poucas são as informações sobre este jornal, no entanto, partindo de uma data precisa, como nos informa o historiador Celso Pinheiro, "27 de março de 1833, quando circulou o

⁷ (FILHO, Celso Pinheiro. **História da Imprensa no Piauí**. Teresina: Zodíaco, 3ª edição, 1997).

número 33 d'*O Piauiense*, Joel Oliveira, levando em conta ser o jornal semanário, recuou no tempo, em contagem regressiva, chegando a conclusão lógica de que o primeiro número d'*O Piauiense* saiu precisamente a 15 de agosto de 1832" (FILHO, 1997, p. 26). Esta, portanto, sendo a data do surgimento de nossa imprensa.

Assim como *O Piauiense*, muitos foram os periódicos que surgiram e desapareceram de maneira efêmera no Piauí, como é o caso também do jornal *O Telégrafo*, o segundo jornal piauiense surgido em 1839, pois se o primeiro se limitava a publicação de atos oficiais, o segundo, sob os auspícios do próprio Barão da Parnaíba⁸, destinava-se a manter a opinião pública a favor de seu governo (FILHO, 1997, p. 29). Sendo este, o primeiro jornal noticioso, de modo geral, embora de cunho semioficial.

Da mesma forma que o jornal *O Piauiense*, *O Telégrafo* também chegou até nós passível de contradições no que diz respeito a sua origem e história. No entanto, como nos informa Celso Pinheiro Filho sobre as ideias contidas em *Pesquisa para a História do Piauí* de Odilon Nunes, nos afirma,

A portaria de 22- 11- 1839 registra que foi aceito o oferecimento de Francisco José Fialho, de encarregar-se de redigir nesta capital (Oeiras) um periódico em que se transmitam ao público as ocorrências da atual guerra e os atos do governo a ela tendentes, com a condição de ser impresso na Tipografia Provincial, e fornecidos os materiais pela Tesouraria da Fazenda e remeter para seus cofres todo o rendimento do dito periódico, proveniente da venda das folhas que se extraírem. (FILHO, 1997, p. 30)

O Telégrafo, segundo as ideias de Celso Pinheiro, surgiu para dar notícias dos atos e feitos do governo de Manoel de Sousa Martins e sua participação na guerra dos Balaios. Ou seja, tudo nos leva a crer que este periódico surgiu como meio de se divulgar determinada situação. A verdade é que no governo do Brigadeiro Manoel de Sousa Martins (1776- 1856), que foi Barão e, depois, Visconde da Parnaíba, não havia clima para a publicação de jornais noticiosos e independentes. (FILHO, 1997, p. 31)

Depois de desalojado *O Telégrafo*, foi que surgiu *O Liberal Piauiense* em 1845, era

⁸ “Brigadeiro Manuel de Sousa Martins (1776- 1856), foi Barão e, depois, Visconde da Parnaíba- governo que se alongou por mais de vinte anos, [...] o *Príncipe dos Vaqueiros*, no dizer do Naturalista George Gardner. Era o senhor absoluto da Província”. (FILHO, 1997, p. 31). (FILHO, Celso Pinheiro. **História da Imprensa no Piauí**. Teresina: Zodíaco, 3ª edição, 1997).

redigido por Lívio Lopes Castelo Branco e Silva, foi o primeiro jornal de cunho político. Cumpre salientar que, apesar da pobreza do meio, das deficiências já apontadas da instrução do povo, não fomos a última Província do Brasil onde surgiu a imprensa. Fomos a 15ª. (FILHO, 1997, p. 26).

Assim, apesar desse surgimento tardio, muitos jornais surgiram e desapareceram no Piauí, após a terceira década do século XIX, como foi a cima citado, muitos com caráter político ou simplesmente noticiosos, alguns com atividades de maior prazo, outros passageiros. "Oeiras teve, da publicação do primeiro jornal, em 1832, até a mudança da capital, em 1852, exatamente 16 jornais". (FILHO, 1997, p. 42).

Entretanto, assim como existia as disparidades nas diversas regiões do Brasil, de avanços e atrasos, o mesmo acontecia dentro mesmo do território piauiense. Várias foram as localidades no Piauí que não desfrutaram desse meio de comunicação, talvez pelo já citado motivos de carência tecnológica, ou mesmo pela insuficiência de instrução dos indivíduos residentes nas áreas mais afastadas desse território. O que se viu, na verdade, no desenrolar dessa imprensa, foi um desenvolvimento restrito a capital da Província, a então Oeiras, e suas áreas circunvizinhas mais povoadas.

De acordo com Celso Pinheiro, a partir do deslocamento do eixo político da Província para Teresina, transferiu- se também a atividade jornalística para esta cidade e capital, recém-criadas. Teresina foi talvez a única capital do mundo a ter jornal, com apenas sete meses de existência (FILHO, 1997, p. 45).

O primeiro jornal a surgir na então instalada capital foi o jornal *A Ordem*, aparecido exatamente em 19- 02- 1853, redigido pelo baiano de 21 anos, José Martins Pereira de Alencastre, homem de confiança do então presidente Dr. José Antônio Saraiva, ocupando o cargo de Oficial de Secretaria. (FILHO, 1997, p. 46)

Pois segundo Celso Pinheiro Filho (1997, p. 46),

A Ordem, primeiro jornal de Teresina, já apresentava elegante feição gráfica, trazendo noticiário político e social, além de bem redigidos artigos doutrinários. Já não era um impresso destinado somente a dar publicidade aos atos oficiais, ou criticar estes atos. Preocupava- se inclusive em agradar aos seus leitores.

Após a saída de Pereira de Alencastre, do Piauí, desapareceu *A Ordem*, iniciou- se a

partir dos anos 60 deste século, nesta capital, as atividades jornalísticas de dois grandes vultos do jornalismo piauiense.

Mesmo sem pretendermos exaltar ou mesmo elencar os grandes nomes dessa imprensa, fica- nos impossível falar de alguns momentos desse meio de comunicação sem citarmos alguns nomes desse jornalismo, pois dois foram os grandes nomes que surgiram na década de 60 do século XIX, que tiveram grande contribuição na imprensa piauiense, a saber, Deolindo Mendes da Silva Moura (1835- 1872) e Davi Moreira Caldas (1836- 1878) (FILHO, 1997).

Deolindo Moura foi um dos fundadores de uma sociedade política e literária, cujo órgão de imprensa foi o periódico *O Propagador*; angariou grandes desafetos pois agia energicamente contra o governo. Bem como Davi Caldas, que mesmo sem instrução institucionalizada conseguiu com grande êxito exercer suas funções de jornalista e burocrata, lançou além dos periódicos *O Arrebol*, *O Amigo do Povo*, assim como o jornal *Oitenta e Nove*, que lhes conferiu grande notoriedade pelo caráter profético que lhes conferia, de que a República seria proclamada em 1889. (FILHO, 1997).

O que de grande marca deixou essas duas personalidades foram seus ideais republicanos e abolicionistas, trazendo em seu bojo as discussões escravocratas tão pertinentes no atual contexto deflagrado no Brasil do período. Mas, foi com Davi Caldas que o Piauí conheceu os ideais republicanos, filho do Major da Guarda Nacional Manuel Joaquim da Costa Caldas e dona Manuela Francisca de Caldas, a única instrução que teve foi com o juiz de direito da comarca, Dr. Francisco Xavier de Cerqueira. (FILHO, 1997).

Com o jornal *O Amigo do povo* que a partir de 1872 trazia o subtítulo "Órgão Republicano da Província do Piauí", neste jornal "poucos foram os artigos literários ou doutrinários publicados. Como todos os da época, limitava- se mais a criticar os atos do governo, e refletir pequenas lutas políticas do interior da Província". (FILHO, 1997, p. 72)

No entanto, de todos os cargos que assumira durante sua vida, Davi Caldas foi despedido, como nos aponta Celso Pinheiro, "de todas as funções foi despojado com sua adesão ao republicanismo. Restou- lhe a cadeira do Liceu, por ser vitalícia. Mas entendendo que, sendo republicano não podia servir ao Império, requereu jubilação". (FILHO, 1997, p. 73). Com a morte de Caldas, a atividade jornalística no Piauí decorreu nos velhos moldes, sem apresentar nada de novo, pois o Piauí como nos afirma Celso Pinheiro, ficou "à margem

da fermentação republicana". (FILHO, 1997, p. 87).

Celso Pinheiro citando Higino Cunha, em *História do Teatro em Teresina*, pinta o quadro de como a população recebeu a notícia da mudança da forma de governo:

É fácil imaginar o assombramento de uma sociedade, onde não havia nenhum republicano, pois desde a morte de Davi Caldas, que morreu paupérrimo e louco, nunca mais ninguém ousou levantar a voz em Teresina, em favor da ideia republicana. (FILHO, 1997, p, 88)

Sem a participação na mudança de governo, o Piauí ficou a margem do que acontecia com a passagem do Império para a República, e isso influenciou até mesmo na atividade jornalística do período, pois a partir da morte de Caldas tivemos poucos jornais que tratavam deste período, pois como nos diz Celso Filho, "apenas alguns poucos jornais e revistas merecem destaque especial com relação a este período, não só quanto a duração, como pelo papel que desempenharam no meio, em atividades políticas ou literárias". (FILHO, 1997, p. 88). Entretanto, isto se torna uma condição complexa, pois o Piauí mesmo estando a margem das transições de governo do Império para a República esteve envolvido nas questões que permeavam este acontecido, questões como a escravatura tão debatida em todo Brasil, foi um dos temas e títulos de jornais no Piauí. Como exemplo tivemos o jornal *A Reforma* como nos cita Celso Pinheiro:

(...) surgida em 24- 03- 1887, propriedade de Mariano Gil Castelo Branco, depois Barão de Castelo Branco. Foram seus redatores Clodoaldo Freitas e Antônio Rubim. Defendia ideias abolicionistas, com tendências republicanas também, as quais receberam censura do chefe do Partido Liberal, tornando-se o jornal mais moderado. (FILHO, 1997, p. 89)

Este, assim como tantos outros jornais literários de estudantes, a escravidão era tema debatido e combatido em suas páginas, além do jornal *A Reforma* tivemos também o jornal *O Abolicionista*, surgido em sete de outubro de 1884, visando exclusivamente a este objetivo. Era impresso na tipografia d'O Telefone, e trazia a legenda: *Libertas quae sera tamen*. (FILHO, 1997, p. 89)

No entanto, apesar de circularem na imprensa piauiense jornais com esta vertente, estes na maioria das vezes encontravam entraves, devido principalmente aos partidos oposicionistas, como nos diz Celso Pinheiro, "o único obstáculo à abolição era o Partido

Conservador, representando os senhores de terras e escravos". (FILHO, 1997, p. 89). Ou seja, participavam das lutas contra essa escravatura os Partidos Liberais, com o apoio das novas gerações.

Neste ínterim, diversos jornais circularam nesta capital piauiense durante os anos 60, 70, 80 e 90 do século XIX, foram eles de pequeno ou grande porte, de pequena ou grande circulação; uns editados mesmo no Piauí, outros provindos de outras capitais do Brasil. Calcada nos mais variados assuntos, esta imprensa periódica foi além de propagadora dos atos do governo, também divulgadora das causas "minoritárias", fossem elas do âmbito das questões sociais, políticas ou econômicas, e foi dentro desse contexto que a escravidão tornou-se tema das páginas destes periódicos.

No entanto, antes de dar visibilidade a estas e outras questões, no que diz respeito às questões escravocratas inseridas nesta imprensa, julgamos necessário primeiramente fazer um levantamento sobre como se deu essa chegada do elemento escravo aqui no Brasil, sua condição enquanto indivíduo escravizado, bem como sua contribuição na formação social do Brasil e do Piauí. Após o desenvolvimento destas questões discutiremos sobre como era visto esse sistema escravista na imprensa em especial na imprensa periódica do jornal *O Piauí* que circulava no Piauí e em outras capitais. E é sobre isso que trataremos no capítulo seguinte desta pesquisa.

CAPÍTULO II
O ESCRAVO COMO PARTICIPANTE DA FORMAÇÃO SOCIAL DO
BRASIL E DO PIAUÍ

2.1. Breve histórico sobre a chegada e condição do africano escravizado no Brasil colônia

A escravidão negra nas Américas consiste em um dos episódios mais marcantes da história da humanidade. Entre os séculos XVI ao século XIX, uma enorme quantidade de africanos veio para esse continente a fim de serem comercializados como mão de obra cativa. No Brasil, esse fenômeno perdurou durante quase quatro séculos, desde o seu mais férreo período de colonização, esses sujeitos viveram sob o julgo do cativo.

Não se pode contabilizar com exatidão o volume de indivíduos escravizados que aportaram em território brasileiro, mas segundo estimativas apontadas pelos historiadores Wlamyra R. de Albuquerque e Walter Fraga Filho em "Uma História do Negro no Brasil", estima-se que entre o século XVI e meados do século XIX, mais 11 milhões de homens, mulheres e crianças africanas foram transportadas para as Américas. (ALBUQUERQUE, FILHO, 2006, p. 39)

Levando em consideração que esses dados são passíveis de equívocos, já que não contamos com dados efetivos do tráfico ilegal de cativos, assim como o processo violento de captura desses indivíduos, levando centenas de sujeitos a ceifarem ainda em território africano; bem como os rigores da travessia transatlântica, não nos resta dúvidas o quão foi significativo a presença do africano em território principalmente brasileiro.

No entanto, partindo da premissa de estudos acadêmicos, onde nos informa para o caso brasileiro Suely R. Reis Queiroz, quando nos diz que " a maioria dos estudiosos, entretanto, estima a vinda de três e meio milhões, aproximadamente, número ainda assim expressivo, quando se pensa no início do século XIX o país contava com uma população total de três milhões de habitantes." (QUEIROZ, 1987, p.19).

Diante disto, tudo nos leva a crer que nenhuma outra região da América esteve tão ligada ao continente africano por meio do tráfico como o Brasil. O dramático deslocamento forçado de cativos da África para a América, em especial para o Brasil, durante mais de três séculos, uniu para sempre esses dois continentes.

A proposta do moderno sistema escravocrata implantado pelos europeus nas Américas, a partir da força de trabalho africana, encontra-se fundamentalmente organizada em torno de um modo ainda mais radical de enxergar a Escravidão. Essa proposta moderna, para

o caso aqui brasileiro, traz em seu bojo o conceito de "Racialização da Escravidão", pois baseados nos fundamentos proposto por José D'Assunção Barros⁹, compreendemos este conceito como sendo:

(...), nesta nova ótica que será a moderna, implica em que a escravidão possa ser vista como uma diferença coletiva. Não seriam certos indivíduos de natureza humana deficiente, que deveriam estar destinados à escravidão, mas sim um grupo humano específico, que traria na cor da pele os sinais de uma inferioridade da alma. (BARROS, 2013, p. 215- 216)

Esta moderna escravidão racializada implantada pelos europeus nas Américas nada mais era do que uma nova justificativa para o processo de implantação de exploração desses povos africanos, justificada principalmente por certas releituras de passagens bíblicas, onde buscariam conceber a escravização coletiva dos africanos como resultado do Pecado.

Invocava-se neste caso como mito fundador e legitimador da escravização dos povos negros africanos a passagem bíblica que diz respeito a "Maldição de Cam¹⁰", como nos diz Barros:

Se as primeiras autoridades ibéricas do período moderno justificaram a escravidão como meio de converter os povos pagãos da África, em pouco tempo o caráter racial da escravidão dirigida para o mercado atlântico se afirmaria de forma determinante, e na própria Bíblia seriam encontradas as sanções para uma escravização que não raro procurava difundir a ideia de que "os africanos, como filhos de Cam", haviam sido condenados a este destino, mesmo que se tornassem cristãos". (BARROS, 2013, p. 218- 219)

Ou seja, se apropriando da ideia de inferiorização dos povos africanos pela justificativa do "paganismo" como descendentes diretos dos filhos de Cam, no qual estavam destinados a serem salvos pelos europeus; bem como a pigmentação da cor da pele, dando a

⁹ BARROS, José D'Assunção. **Escravidão Clássica e Escravidão Moderna. Desigualdade e Diferença no Pensamento Escravista: uma comparação entre os antigos e os modernos.** Ágora. Estudos Clássicos em Debate. Nº 15. 2012. p. 195- 230.

¹⁰ Invoca-se neste sentido o mito fundador e legitimador para a escravidão dos povos negros, ali considerados como os descendentes diretos de Cam, um dos três filhos de Noé, a maldição paterna que lhe rogara o patriarca diluviano ao se sentir desrespeitado pelo filho, *Maldito seja Canaã que ele seja, para seus irmãos o último dos escravos* (Gênesis IX, 18- 27). Cam e Canaã (este último filho do primeiro) têm neste versículo do Gênesis toda a sua descendência irremediavelmente comprometida pela impiedosa maldição paterna, referendada por todo o seu peso bíblico. In. (BARROS, José D'Assunção. **Escravidão Clássica e Escravidão Moderna. Desigualdade e Diferença no Pensamento Escravista: uma comparação entre os antigos e os modernos.** Ágora. Estudos Clássicos em Debate. Nº 15. 2012. p. 195- 230).

estes um caráter de "raça" proporcionalmente divergente dos povos europeus de pele branca; seria a pedra de toque para a justificativa do processo de exploração desses povos.

O processo de formação do Escravismo colonial interessará, neste momento, aos traficantes e senhores colonial a desconstrução de uma série de diferenças étnicas africanas, com vistas à construção de uma Diferença Negra no interior da qual todas as etnias pré-existentes no continente africano se misturam. Sobre isto nos fala José D'Assunção Barros:

O discurso de uma 'diferença negra' inextricavelmente acompanhada de sua segunda natureza, que seria a 'diferença escrava', desponta assim, desde o início da modernidade europeia, como o aparato ideológico que sustentará todo um comércio extremamente rendoso. (BARROS, 2013, p. 219)

Ou seja, a cor da pele trazida por esses povos, era, além de mais uma justificativa, também, um fator legitimador para a exploração e escravização desses povos. A "Diferença Negra", lida como "Diferença Escrava", nada mais era do que um legitimador de que a cor da pele dos povos africanos por si só já responderia ao próprio processo de escravização desses povos. Renegando a esses indivíduos a sua própria diversidade cultural, se pensarmos na diversidade de etnias que existiam no próprio continente africano.

O negro, portanto, é uma Diferença que de alguma maneira foi construída à custa de outras diferenças, (ou seja, a própria diferença entre o branco europeu e o negro africano). Sobre isto nos acrescenta ainda, Barros:

Associar Escravidão e Diferença Negra será a pedra de toque para o Escravismo Colonial, e para o concurso desta construção não faltariam contribuições, inclusive sob a forma de bulas papais que autorizavam ou se mostravam indiferentes à escravização de povos africanos. (BARROS, 2013, p. 216-217)

A aceitação de uma perspectiva racializada da escravidão, conforme os interesses comerciais e monárquicos que começavam a despontar na época, e com os quais, de modo geral, estarão perfeitamente sintonizados, seria o ponto de partida para o mais violento processo de exploração humana.

Incumbidos de tais aparatos ideológicos, o sistema escravista se desenvolve de forma efetiva, iniciando assim um dos sistemas mais vindouros e rendosos implantado no Novo Mundo, perdurando durante quase quatro séculos, para o caso brasileiro, foi para além de

lucrativo, também, um dos processos mais desumanos registrado na história dos povos africanos. Desde o processo de captura de indivíduos, até a travessia transatlântica que abatia centenas de cativos.

Assim, devidamente embarcados e acomodados ao bel- prazer da tripulação dos navios tumbeiros, logo esses navios embarcavam numa travessia transatlântica, o que se tornava uma verdadeira epopeia para o indivíduo escravizado, pois como nos acena Luiz Luna, "[...] nessas viagens, não raras vezes, irrompiam surtos epidêmicos, desfalcando, fundamente, a carga sinistra". (LUNA, 1968, p.19)

Ou seja, devemos levar em conta que apesar do número expressivo de indivíduos que aportaram em portos brasileiros muitos não chegavam até mesmo a seus destinos, sobre isto nos fala Robert Edgar Conrad:

[...] essas multidões, contudo, compreenderam apenas parte do número total de pessoas afetadas por este tráfico, uma vez que muitos morreram em seu continente nativo antes que pudessem ser colocados a bordo de um navio e muitos mais pereceram no mar. Uma vez no Brasil, além disso, muitos sobreviventes da longa jornada rapidamente sucumbiram à doença ou outras privações, de forma que apenas uma pequena porcentagem das pessoas capturadas ou vendidas na África chegou a trabalhar para um senhor no Novo Mundo. (CONRAD, 1985, p. 208).

Devido a forma degradante a que eram submetidos esses indivíduos, muitos chegavam em situações lastimáveis, na maioria das vezes impossibilitados de atuarem nas condições a que eram destinados, sendo submetidos às taxações do comércio escravista e armazenados em grandes galpões, esses indivíduos eram, "expostos às condições do tempo, mal alimentados e vestidos, às vezes ainda acorrentados uns aos outros ou presos a troncos, vez por outra esperavam semanas ou meses para serem colocados a bordo de um navio" (CONRAD, 1985, p. 51).

Além dos maus tratos físicos e as condições lastimáveis das embarcações, os prisioneiros ainda eram submetidos aos mais diversos problemas nessas travessias, como nos fala Wlamyra Albuquerque e Walter Filho:

Pode-se imputar as mortes a bordo a fatores como escassez de alimentos e água, maus-tratos, superlotação e até mesmo ao terror da experiência vivida, que debilitava física e mentalmente os africanos. Além disso, o tráfico colocava os africanos em contato com doenças para eles desconhecidas e para as quais ainda

não haviam criado defesas suficientes. Ao colocar em contato povos de diversas regiões da África e mais tripulações brasileiras e européias, os navios negreiros funcionavam como verdadeiros misturadores de enfermidades típicas de cada continente. (ALBUQUERQUE, FILHO, 2006, p. 50)

As más condições de embarque e desembarque que levava centenas de cativos a ceifarem em meio ao descaso com que eram tratados nestes tumbeiros eram reflexos da intransigência de muitos traficantes em acomodar centenas de cativos numa única embarcação. Assim, mesmo afrontando a fiscalização real e ciente das leis e regimentos que obrigavam o traficante a executar sua tarefa com a mínima segurança, muitos extrapolavam o número máximo de tripulantes e prisioneiros para cada embarcação.

Esses "excessos de carga", onde se avolumava centenas de cativos, nada mais era por que o tráfico de escravos tornou-se uma atividade extremamente lucrativa para os traficantes brasileiros, sobre isto nos fala Luiz Luna, "os que conseguiam sobreviver à dura travessia davam lucros tão compensadores que o tráfico jamais cessou, até as vésperas da Abolição, apesar das leis proibitivas e das ameaças da esquadra inglesa". (LUNA, 1968, p. 18)

Ainda a este respeito nos acena Wlamyra Albuquerque e Walter Filho:

Na segunda metade do século XVI, com o aumento da procura por escravos no Brasil, o tráfico passou a condição de grande negócio e fonte de vultosos lucros nas duas margens do Atlântico. A partir de então, o tráfico deixou de ser apenas uma entre as várias atividades ultramarinas iniciadas com os "descobrimientos" para se transformar no negócio mais lucrativo do Atlântico Sul. (ALBUQUERQUE, FILHO, 2006, p. 41)

Ou seja, apesar das condições degradantes a que eram submetidos esses cativos, e das perdas lastimáveis nestes processos de travessia, o que conseqüentemente dava prejuízo a esses traficantes, o comércio transatlântico de escravo além de ter sido uma atividade extremamente rentável, ainda fez grandes fortunas no Brasil.

Suely Queiroz dar seu parecer a este assunto e nos diz que:

[...] a escravidão foi um rendoso negócio: as atividades econômicas exigiam crescente número de braços, e o escravo era uma mercadoria que se podia comprar barato e vender caro. À medida que a produção colonial demonstrava a sua rentabilidade, também se desenvolvia o comércio negreiro. Negociantes das mais diversas procedências nele investem vultuosos capitais, realizando transações em que se embutiam altos lucros (QUEIROZ, 1987, p. 11)

Após a longa travessia oceânica os africanos desembarcavam nos portos brasileiros e eram preparados para as taxações alfandegárias, após o pagamento dos devidos impostos, esses desafortunados eram levados para os galpões de leilões, confinados para um período de quarentena cujo objetivo era dar aos pobres infelizes um "ar de saudável" e só posteriormente eram expostos a venda.

Acrescentando ainda, nos fala Albuquerque e Filho:

Muitos não resistiam e morriam nesse período de espera. Era alta a taxa de mortalidade nos primeiros meses que se seguiam ao desembarque, uma vez que os africanos chegavam bastante debilitados e não possuíam defesas para muitas moléstias existentes no Novo Mundo. (ALBUQUERQUE, FILHO, 2006, p. 53)

Os que sobreviviam tinham que ser preparados para a inspeção, compra e venda, passavam estes indivíduos por várias preparações antes destas transações, desde os cuidados com suas saúdes física e mental, até mesmo pela aparência física desses indivíduos, essa preparação servia para o bom andamento das negociações, pois com uma boa aparência, esses escravos davam uma impressão de que eram sadios e estavam prontos para serem negociados e a assumirem suas funções.

Inicialmente, esses cuidados eram tantos, que os escravos com a ideia que tinham dos europeus de canibalistas, chegavam até mesmo a estranharem, no entanto, isso nada mais era do que táticas de conservação do "produto" que seriam vendidos posteriormente, como nos mostra Albuquerque e Filho:

Negros da mesma nação raspavam cabelos e barbas uns dos outros. Para esconder doenças da pele e fazê-los parecer mais jovens, os negociantes às vezes passavam óleo sobre a pele. Tendo em vista que os africanos chegavam magros, os comerciantes aumentavam a quantidade de alimentação engordante para recuperarem logo peso e parecerem sadios. Uma vez que muitos acreditavam que os europeus praticavam o canibalismo, pode-se imaginar o terror dos recém chegados quando eram forçados a comer mais e mais. (ALBUQUERQUE, FILHO, 2006, p. 54)

Quando o "produto" estava possivelmente pronto, estas "mercadorias" eram expostas nas frentes de casas e armazéns, negociantes eram responsáveis de anunciarem nas páginas dos jornais que a nova carga estava pronta para ser comercializada, essa carga muita das vezes

era exposta aos compradores de acordo com a nacionalidade ou mesmo por idade e sexo. (ALBUQUERQUE, FILHO, 2006)

A relação entre senhores e escravos era fundamentada na dominação pessoal e estava determinada principalmente pela coação, assim os castigos físicos e as punições eram características essenciais do sistema escravista. Os cativos tinham pouquíssimos recursos a recorrer perante as autoridades, a menos que os castigos resultassem em morte e alguém quisesse delatar às autoridades, pouco ou nada podia se fazer. A este respeito nos fala Albuquerque e Filho:

Apesar da legislação colonial permitir que escravos e livres denunciassem senhores cruéis às autoridades civis ou eclesiásticas, pouquíssimos senhores responderam perante os juízes por acusações de crueldade contra escravos. A maioria dos acusados terminou perdoada ou absolvida por juízes que, em geral, pertenciam à mesma classe dos senhores. (ALBUQUERQUE, FILHO, 2006, p. 68)

Ou seja, aos que viveram sob o julgo da escravidão eram submetidos aos mais diversos castigos e punições, (quando suas obrigações não eram executadas com a máxima precisão), na maioria das vezes estes castigos eram relegados ao esquecimento, pois quem comandava as leis e regimentos das autoridades eram na maioria dos casos os mesmos donos também de escravos.

As condições de vida dos homens e mulheres que viveram sob o julgo do cativo são fundamentais para compreendermos as bases da sociedade escravista e como os escravos buscaram superar a dominação, e isso podemos perceber na execução de suas atividades, sejam elas na lavoura, nos engenhos, na mineração ou no pastoreio, entretanto, encontramos características específicas do trabalho braçal em cada uma dessas relações, o que não foge a regra da força bruta com que eram tratados homens, mulheres e crianças nesse sistema escravista.

O trabalho era frequentemente mais árduo para estes cativos nas grandes lavouras e engenhos de cana- de- açúcar, do que nas instalações domésticas, claro, não desfavorecendo os que viveram sob o julgo do cativo dessas mediações, no entanto, a força bruta exercida pelos escravos nas mediações dos canaviais e engenho exigia dos escravizados uma maior "disposição" para o trabalho. Sob o julgo constante dos olhos do feitor, esses sujeitos passavam horas afins, de sol a sol nas plantações de cana- de- açúcar.

As atividades exercidas pelos escravos eram dispensadas a cada um de maneira divergente, como nos explica Albuquerque e Filho, "a colheita era feita por homens, mulheres e crianças. Os homens cortavam cana e retiravam as folhas, as mulheres e crianças reuniam as canas em feixes para serem transportadas". (ALBUQUERQUE, FILHO, 2006, p. 70)

O corte da cana era feito na base de cotas, cada escravo era obrigado a cortar certa quantidade de cana. Haja vista que o trabalho na lavoura era extremamente penoso para as mulheres, especialmente se estivessem em período de gestação ou amamentando. As altas taxas de aborto e mortalidade infantil nos engenhos estavam relacionadas à sobrecarga de trabalho, principalmente nas épocas de colheita, quando se intensificavam as atividades. (ALBUQUERQUE, FILHO, 2006)

Já nas fazendas de café os escravos trabalhavam de quinze a dezoito horas diárias sob as vistas do feitor. Logo ao amanhecer apresentavam-se em fila para receber as tarefas do dia. Os carros de boi os levavam para as plantações mais distantes. (ALBUQUERQUE, FILHO, 2006)

O mesmo acontecia nas regiões de mineração, onde o trabalho escravo constituía a principal forma de organização de trabalho, como nos aponta Albuquerque e Filho:

Em meados do século XVIII, no auge da exploração aurífera, os escravos representavam cerca de 30 por cento da população das Minas Gerais. Tanto ali como nas áreas de mineração do Mato Grosso e de Goiás, o escravo estava ligado às tarefas contínuas de construção de açudes, tanques e represas de córregos para facilitar a exploração do ouro. (ALBUQUERQUE, FILHO, 2006, p. 75)

Com uma parte do corpo submersa na água durante muito tempo, o trabalho nas minas era extremamente desgastante, acredita-se que o escravo das minas vivia menos do que seus companheiros dos engenhos. Na mineração os cativos ficavam sob a vigilância constante dos "vigia de canoas", que eram geralmente brancos ou mulatos. (ALBUQUERQUE, FILHO, 2006)

Para além dos engenhos, das lavouras e da mineração, a mão-de-obra cativa foi também utilizada no sistema de pastoreio frequentemente como sistema de produção do sul do Brasil e do Nordeste brasileiro. No pastoreio essa mão-de-obra cativa foi utilizada como agilizadores no funcionamento das fazendas de gado, no abate do boi, no corte e no armazenamento das carnes e do couro, o que exigia desses sujeitos prolongadas horas de

trabalho (ALBUQUERQUE, FILHO, 2006).

No entanto, para além dessa agressiva exploração, os escravos mantiveram simultaneamente formas de se desvencilhar das agressividades do sistema escravista, seja nos engenhos, na mineração, ou mesmos nas charqueadas, os escravos elaboraram formas de resistência cotidiana¹¹ para se desdobrarem das prolongadas horas de trabalho. Como nos menciona Albuquerque e Filho, estes escravos muitas das vezes "diante da sobrecarga de trabalho, eles simulavam doenças ou realizavam pequenas fugas". (ALBUQUERQUE, FILHO, 2006, p. 76).

Ainda a este respeito nos acrescenta os historiadores Albuquerque e Filho, "nos engenhos e fazendas de café os cativos aumentavam o ritmo de trabalho na presença de senhores e feitores, mas assim que estes se afastavam procuravam fazer pequenas pausas para descansar". (ALBUQUERQUE, FILHO, 2006, p. 78)

Ou seja, o escravo não era um ser passivo cuja obediência podia ser mantida exclusivamente através do chicote, em suas lutas cotidianas os escravos impuseram limites à dominação escravista e jamais se acomodaram, por isso, em terra de branco, a sobrevivência significou abrir caminhos para tornar a vida mais suportável. Wlamyra Albuquerque e Walter Filho nos fala que:

Era preciso fugir à condição de “peça” produtiva imposta pelo escravismo e criar espaços próprios para amar, constituir famílias, criar filhos, brincar, folgar, cultuar deuses africanos e os que passaram a venerar no Novo Mundo. E, além disso, era preciso criar possibilidades de cair fora da escravidão por meio da fuga, revolta ou alforria. (ALBUQUERQUE, FILHO, 2006, p. 69)

Isso significou um esforço cotidiano para modificar ou mesmo subverter as condições de domínio escravista. Através de diversas e criativas maneiras, os escravos buscaram tirar proveito da ideologia paternalista dos senhores ludibriando suas vontades e caprichos e, às vezes, invertendo a direção que eles pretendiam imprimir às suas vidas. Além das fugas e revoltas, os escravos desenvolveram formas sutis de resistência cotidiana, e foi assim que interferiram no seu próprio destino e modificaram o mundo à sua volta. (ALBUQUERQUE,

¹¹ Em relação à resistência cotidiana, que subverte a ordem imposta, nos apoiamos em Michel De Certeau no que ele chama da *estratégia*, onde “Ela não tem meios de manter em si mesma, à distância, numa previsão recuada, de

FILHO, 2006, p. 69)

No entanto, sobreviver em território desconhecido era uma tarefa difícil, dali por diante teriam que conviver com o trauma do desenraizamento das terras de seus ancestrais que ficaram do outro lado do Atlântico. Logo percebiam que viver sob o jugo da escravidão significava submeter-se a condição de propriedade e, portanto, passíveis de serem vendidos, leiloados, comprados, significava, sobretudo, ser submetido ao domínio de seus senhores e trabalhar nas mais diversas ocupações. (ALBUQUERQUE, FILHO, 2006, p. 65)

Pois segundo os historiadores Albuquerque e Filho:

A escravidão foi muito mais do que um sistema econômico. Ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais e raciais, forjou sentimentos, valores e etiquetas de mando e obediência. A partir dela instituíram-se os lugares que os indivíduos deveriam ocupar na sociedade, quem mandava e quem devia obedecer. Os cativos representavam o grupo mais oprimido da sociedade, pois eram impossibilitados legalmente de firmar contratos, dispor de suas vidas e possuir bens, testemunhar em processos judiciais contra pessoas livres, escolher trabalho e empregador. (ALBUQUERQUE, FILHO, 2006, p. 67- 68)

Ou seja, estavam eles nas mais diversas atividades sócio- econômicas brasileira. Poderíamos encontrar um negro na lavoura, nas fazendas, nos serviços domésticos, no campo, nas cidades, nas várias instâncias da sociedade estava a marca da africanização, seja nos modos de agir e pensar da então sociedade que se projetava.

Entretanto, o lucro com a economia do sistema escravista projetou, em maior ou menor escala e atrelados a essa economia, outros mercados de relativas dimensões, como o que ocorreu com a região interiorana do Nordeste brasileiro e posteriormente com o Sul do Brasil, com a expansão da pecuária. Pois como nos sugere Leila Mezan Algranti (1987), a escravidão no Brasil "introduzida inicialmente na lavoura açucareira do litoral nordestino, em meados do século XVI, espalhou-se rapidamente por todo o país, nas diversas esferas da vida rural e urbana, até o final do século XIX." (ALGRANTI, 1987, p. 22).

Ou seja, na esteira desse rentável comércio humano, o Piauí esteve inserido à medida que sua empreitada econômica teve como base inicialmente a criação do gado, embora tal atividade induzisse ao trabalho livre ou a outra forma de trabalho compulsório, esta

previsão e convocação própria: a tática é movimento 'dentro do campo de visão do inimigo', [...] e no espaço por ele controlado" (CERTEAU, p. 100, 1998).

consolidou- se devido as exigências de preservação de uma sociedade colonial da época mercantilista, pois como nos diz Tanya Maria Pires Brandão, [...] dificilmente, a pecuária piauiense estaria isenta da escravidão, uma vez que esta já fazia parte da psicologia social brasileira. (BRANDÃO, 1999, p. 26). Ou seja, como nos aponta a mesma autora:

[...] pode- se afirmar que o devassamento, a conquista e a ocupação do sertão nordestino, região onde se acha incrustado o Piauí, não pode ser interpretado como fato isolado, ou ocorrência casual. Analisando- se a evolução histórica do Brasil, percebe- se que a colonização do sertão se construiu em etapa de uma política realista de amplo sentido, imposta pelas necessidades de sobrevivência e expansão do antigo império colonial português. (BRANDÃO, 1999, p. 41)

Desta feita, a penetração e ocupação do espaço geográfico piauiense durante os setecentos se deram em primazia pelo interesse da coroa em povoar tal região que se encontrava "distante" e sem comunicação com as outras províncias do império, como também, pela fraca possibilidade de se desenvolver a agricultura de exportação nessa região, pois como nos aponta Brandão, "até a década de 1660, aproximadamente, a região assemelhava-se a um corredor migratório." (BRANDÃO, 1999, p. 47).

Assim, o território que hoje compreende o Piauí, era apenas nesse período, uma faixa de terra com características de uma estrutura física rústica, formada por uma vegetação de ervas daninha, cerrado de cactos e arbustos espinhentos, dispendo de poucos rios perenes e uma baixa pluviosidade.

Assim, tomaremos como assunto para o próximo tópico deste trabalho, indagações que diz respeito ao sistema escravocrata também implantado na região interiorana do Piauí, sistema que foi simultaneamente implantado com o próprio processo de povoamento e expansão desta região.

2.2 O escravo na constituição social piauiense

Não se pode falar em processo de formação e exploração do território piauiense sem que antes possamos fazer referência ao elemento negro escravizado, que junto com os

primeiros desbravadores, a exemplo de Domingos Mafrense e dos Garcia d'Ávila¹², adentrou os sertões do interior da colônia e que posteriormente se consolidou como braço laboral elementar na intensa sociedade que se desenvolvia.

Não visto como um homem livre ou assalariado, mas como elemento arraigado ao trabalho árduo que esse duro solo escasso de água e umidade imprimia, essa mão- de- obra cativa foi sendo utilizada desde seu mais téreo processo de exploração e colonização da atual capitania piauiense que se constituía.

Mesmo que inicialmente existisse nesses sertões o trabalho escravo do indígena, esse trabalho foi sendo substituído à medida que a economia criatória se diversificava e se formava os primeiros núcleos urbanos, o trabalho do nativo foi sendo substituído pelo trabalho do negro, onde este se apresentou como alternativa viável e rendosa para as múltiplas atividades econômicas que na província do Piauí acabaram se desenvolvendo. Pois segundo Miridan Brito Knox Falci, a escravidão indígena foi "abolida" do sertão piauiense em fins do século XVIII, foi onde começou a entrada do elemento negro escravo no sertão piauiense, onde estes trabalharam juntamente com o indivíduo livre. (FALCI, 1995).

Sobre estas e outras indagações ainda nos fala Luiz Mott (2010):

[...] desde o início e ao menos durante todo os setecentos, a pecuária piauiense dependeu substantivamente da mão de obra escrava negra e mestiça. Embora existindo lugar para o trabalho livre, inclusive indígena, o escravo negro sempre foi uma presença importante e indispensável nas fazendas de gado, superior ao braço indígena, quiçá mesmo ao braço livre (MOTT, p. 125, 2010).

Ao tempo em que se avolumava o comércio da bovinocultura, e proporcionalmente se alastrava uma crescente agricultura de subsistência, a sociedade piauiense carecia a exemplo da mão- de- obra livre, cada vez mais de escravos para satisfazer e atender a demanda comercial e econômica da colônia. É relevante então ressaltar a influência e a importância que teve o escravo negro para a expansão agropecuária piauiense e o aproveitamento de sua força de trabalho na lida do campo e nos afazeres rotineiros da criação pecuária.

Contudo, análogo à sociedade canavieira litorânea do Nordeste ou a mineradora do

¹² Os primeiros colonizadores do Piauí receberam grandes extensões de terra sejam doadas ou através de sesmarias. Domingos Afonso Mafrense (ou Sertão) e um irmão comandaram a expedições governadas por Francisco dias D'Ávila proprietário da Casa da Torre, e foram importantes para a expansão e interiorização da colonização do

atual sudeste brasileiro, não fugiu à regra o universo social e econômico pecuarista piauiense:

[...] nada se fazia sem escravos. Saía à rua carregados em liteiras por escravos. Para montar, para vestir, para comer, para banhar-se, para tudo era mister escravos. Era ele o moleque de brinquedos, o negro de recados, a mucama da casa, a ama de leite, o trabalhador, "o pau- para- toda- obra", o culpado pelas desgraças, o objeto de prazer (FERLINI, 1984, p. 79)

A psicologia social mercantilista imposta pela Metrópole Portuguesa com o sistema colonial implantado no Brasil, induziu a ideia de que um homem livre sem escravos. Podia considerar-se pobre, mesmo com posses. Com isto, não fugia à regra a então economia forjada em torno da pecuária sertaneja do interior do Brasil.

Desta feita, atrelou-se à economia do sertão pecuarista e da indústria manufatureira do charque, o trabalho compulsório baseado na mão- de- obra escrava, até por que, associado ao imaginário da época, as labutas de toda a estrutura das fazendas de gado, ou seja, o que exigia do trabalhador um contato direto com as lides do trabalho, eram pouco gratificantes e vistos com menosprezo pelo homem livre.

Embora a atividade econômica da pecuária desenvolvida nestes sertões, induzisse ao trabalho livre devido a continência dos campos e da dimensão das fazendas de gado, o trabalho compulsório do escravo foi efetivamente utilizado nas lides desses campos, sobre isto nos fala Tania Brandão:

(...) embora todos os fatores internos induzissem ao trabalho livre ou a outra forma qualquer de trabalho compulsório, na pecuária piauiense, predominou o escravismo devido às exigências da consolidação e preservação de uma sociedade colonial da época mercantilista. (BRANDÃO, 1999, p. 29)

Para esses indivíduos que ajudaram a forjar um sincretismo social, cultural, econômico e humano da sociedade piauiense, as condições de elemento reduzido ao cativo não destoava da mesmo que era exercido nas outras sociedades do restante do Brasil, sejam elas nas lides dos canaviais, nas sociedades auríferas ou mesmo nas charqueadas, pois como nos sugere Brandão, "o surgimento e a evolução da sociedade piauiense não se fez de maneira aleatória, fora dos padrões colonialistas". (BRANDÃO, 1999, p. 115)

Assim sendo, reduzido à condição de objeto, mercadoria, passível de ser vendido, trocado, ou mesmo leiloados para outros senhores, estes indivíduos eram os responsáveis por executarem as mais diversas atividades, trabalhos pesados geralmente tidos como degradantes ao homem branco. Considerado como elemento inferior, sem capacidades de assimilação intelectual, necessitava sempre de ser tutelado, representado.

Ademais, é pertinente ressaltar que dentro da tradicional historiografia brasileira alimentava-se o debate acerca da utilização, significativa ou não, do negro escravizado na economia pecuarista nordestino, em especial a piauiense. Esse embate teórico, defendido por historiadores renomados como Caio Prado Junior, Celso Furtado, entre outros, baseava-se na ideia de que não carecia na economia criatória de um número expressivo de mão-de-obra escravo devido à continência dos campos e da inviabilidade de se fiscalizar tamanha dimensões das fazendas:

(...) Ao contrário do que ocorria com a economia açucareira, a criatória, não obstante nesta não predominasse o trabalho escravo, representava um mercado de ínfimas dimensões. A razão disso está em que a produtividade média da economia dependente era muitas vezes menor do que a principal, sendo muito inferior seu grau de especialização e comercialização. (FURTADO, 2004, p. 65)

Para estes historiadores, seria natural, portanto, que estas zonas pecuaristas acabassem se isentando do ônus pecuniário de aquisição de mão-de-obra escrava, para uma atividade econômica de menor expressão e que servia apenas de suporte para a atividade mercantil das zonas canavieiras e mineradoras.

Ocorre que o criatório como atividade econômica, em princípio, não necessitava da utilização de escravos nas fazendas. Seu caráter extensivo, dependendo quase que exclusivamente dos recursos naturais, exigia o mínimo da interferência humana no que diz respeito ao crescimento do rebanho, limitando-se assim o número de pessoas para o trabalho nos currais. No entanto, como é sabido, esses embates já foram superados por historiadores como Miridan Brito Knox Falci, Luiz Mott, Tanya Maria Pires Brandão, entre outros.

Partindo da premissa de estudos contemporâneos à historiografia tradicional, podemos apontar que a escravatura no Piauí, além de ter sido uma atividade lucrativa, era também um indicador do nível social dos que dela se favoreciam, "(...) a escravidão que já se apresentava como parte do sistema colonial das regiões produtoras para o grande comércio impôs-se

como elemento caracterizador da estrutura social que se estabeleceu no Piauí". (BRANDÃO, 1999, p. 168)

A aplicação do trabalho do negro escravizado esteve relacionada tendenciosamente à auto- subsistência das fazendas, inclusive, o âmbito alimentar, ligando este apêndice econômico diretamente ao trato da terra, pois as distâncias que separavam uma unidade produtora da outra e também dos grandes centros provocavam uma variante de funções para os cativos, pois como nos informa Miridan Falci, "numa sociedade pobre, onde os níveis de consumo eram restritos, quase tudo que se precisava era fabricado em casa". (FALCI, 1995, p. 135)

Ou seja, para além das atividades domésticas a mão- de- obra cativa foi utilizada nas várias instâncias da sociedade piauiense, tendo com raras exceções, forjado outras formas de sociabilidades, como nos informa Tania Brandão:

Ainda assim, no desenvolvimento do processo histórico, identificavam- se cativos que chegaram a exercer funções específicas de homens livres, a exemplo da vaqueirice. Outros foram até alfabetizados, colocando- se como exceção entre os habitantes da Capitania. (BRANDÃO, 1999, p. 165).

Entretanto, certamente a grande aplicabilidade do labor do negro escravo foi na agricultura de subsistência por ser praticada sem uma maior especialização de quem a executava e para garantir a subsistência não só dos provincianos, assim como para isentar o proprietário de escravos de um ônus a mais em sua economia doméstica.

No contexto escravista piauiense o tratamento dispensado aos escravizados não destoava dos do restante da Colônia brasileira. Imagina-se que o trabalho nos canaviais ou mesmo nas zonas mineiras auríferas fossem em grande medida mais desgastantes do que os que eram exercidos nas regiões pecuaristas da Colônia, afirmativa que decorre do fato dessas regiões, como anteriormente mencionadas, fossem de campos libertos onde não necessitava do homem uma atuação mais efetiva.

No entanto, esta afirmativa não se torna justificativa quando o assunto é o tratamento dispensado a estes sujeitos, pois as formas de punições e maus tratos eram os mesmo sejam nos canaviais, nas zonas mineradoras ou nas charqueadas do sertão nordestino. Sobre isto nos fala Tania Maria Pires Brandão, "(...) o castigo físico dispensado aos escravos era encarado como uma necessidade, não apenas como punição por indisciplina, mas também como medida

preventiva, um recurso usado para manter o sistema e a ordem social". (BRANDÃO, 1999)

As formas de punições variavam de acordo com a indisciplina cometida pelos cativos, desde os açoites, até ao ápice de todos os castigos que era a pena de morte, entre outras coisas como nos fala Brandão, "a pena de morte também chegou a ser aplicada. merecedoras dessa sentença, achava-se a sedução de escravos à fuga". (BRANDÃO, 1999, p. 164)

Para fugir dos ríspidos abusos cometidos por parte dos senhores, os escravos se utilizavam de vários métodos para se desvencilhar dessas armadilhas que lhes eram submetidas, as fugas foram frequentes e eficazes na busca pela liberdade perdida. Foi um recurso utilizado tanto pelos escravos de propriedade de particulares, como por aqueles pertencentes à coroa, e isto aconteceu de maneira individual ou mesmo coletiva. (BRANDÃO, 1999, p. 162)

O tráfico de escravos para o Brasil além de ter sido uma atividade rentável, juntamente com a atividade monocultora da cana-de-açúcar, da mineração, do pastoreio, além das tantas outras atividades desenvolvidas pela mão-de-obra cativa, foi também de extrema relevância para o processo de expansão e formação social do Brasil.

Desta feita, o escravo negro e o escravismo, aqui empregados, não se configuraram apenas como uma mera relação de produção ou uma mera instância jurídica, mas se concretizou e se constituiu de personalidade própria, moldando-se e adaptando-se ao ambiente existente, forjando um sincretismo particular na vida de homens livres e cativos, criando e recriando conceitos e ideias, permitindo relativizar as convenções sociais e culturais.

Assim, este escravismo como base modelar da sociedade brasileira, forjou em maior ou menor escala, os modos de agir e sentir de uma sociedade que tinha em seu bojo as raízes da africanização, calcado no sistema de desenraizamento forçado de indivíduos desafortunados, o sistema escravocrata brasileiro teve em última instância as principais características de um sistema subumano, calcado na força do chicote, impôs à escravidão durante quase quatro séculos no destino de centenas de "almas escravizadas".

Assim, o escravismo como sistema vigente dos anos vindouros da colonização brasileira, passou a ser também, entre outras coisas, assunto de grande relevância nas várias instâncias da sociedade, para além de um sistema político e econômico vigente, a escravidão implantada no Brasil foi assunto de vários discursos propagados seja nos setores

conservadores ou mesmo liberal da então sociedade que se forjava.

Vários destes discursos sobre a escravidão eram em maior ou menor escala, propagados das várias maneiras possíveis, fossem eles através de debates políticos, convencionados no âmbito do partidarismo, ou até mesmo através dos meios de comunicação, sendo a imprensa a principal protagonista como veículo propagador das ideologias do período. No entanto, mesmo que ainda deficitária, e principalmente diante dos limites que lhes eram impostos, a imprensa foi um dos principais difusores das questões escravocratas brasileira.

Desta feita, interessa- nos para esta pesquisa o jornal *O Piauí*, surgido na década de 60 deste século, pertencia ao Órgão do Partido Conservador em Teresina, sob a direção do então filiado ao partido Antônio Coelho Rodrigues, com circulação nos anos da década de 60 do século XIX, até os anos iniciais do século XX, até onde se tem notícias.

Vale ressaltar aqui nossa carência com relação às informações a respeito deste jornal, devido principalmente a sua antiguidade e dispersão dos periódicos, reunidos da melhor forma possível no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Assim, tomaremos como base analítica para o desenvolvimento desta pesquisa, as questões que diz respeito a Escravidão contida neste periódico, como esta foi tratada e discutida em sua redação, se se discutiam sob o espectro dos ideais Liberais Abolicionistas ou Conservador.

CAPÍTULO III
IMPrensa E ESCRAVIDÃO: UMA DISCUSSÃO SOBRE QUESTÕES
ESCRAVOCRATAS NO JORNAL O PIAUHY

3.1. Imprensa periódica piauiense: Uma descrição do jornal *O Piauí* (*Órgão do Partido Conservador*).

Não se pode falar em imprensa brasileira e ao mesmo tempo deixar de lado as questões escravocratas, durante o século XIX, pois estas, principalmente durante os finais dos oitocentos, estiveram diretamente ligadas devido ao contexto abolicionista em que o Brasil estava inserido. Com a efervescência dos anos vindouros à proclamação, a imprensa foi uma das principais difusoras das questões republicanas e abolicionistas, divulgando o que de mais se discutiu nas questões políticas, sociais e econômicas; a escravidão não esteve ausente nestes debates.

Assim, com a efervescência das ideologias¹³ republicanas e abolicionistas de fins dos oitocentos, a imprensa foi também alvo destas vertentes, diversos jornais de cunho conservadores e liberais se digladiavam a fim de propagarem seus ideais, divulgando o que de mais era recorrente na sociedade daquele período, passando pelos mais variados assuntos, onde eram frequentes as discussões em torno da escravidão.

Entretanto, cairíamos na armadilha de propor que este sistema estivesse frequentemente em discussão nos jornais de cunho liberal abolicionista, o que seria um erro, pois mediante o caráter analítico de nossa fonte propomos uma relatividade quanto a essa questão. Pois tomamos como exemplo o jornal *O Piauí*, periódico de cunho conservador, publicado no Piauí a partir dos anos 1860, onde eram frequentes estas discussões em suas páginas.

No entanto, como é sabido, poucas são as informações que dispomos sobre este periódico, reunidas da melhor forma possível pelo historiador Celso Pinheiro Filho em *História da Imprensa no Piauí* (1997), onde nos fala com escassas indagações que:

O Piauí. Órgão do Partido Conservador. Fundado e redigido por Antônio Coelho Rodrigues e Agesilau Pereira da Silva. Trazia a legenda: *“Apreende arma et scutum et exsurge in adjutorium mihi (S-34-v.2) Depusit (Deus) de*

¹³"Ideologia" aqui compreendida como um conjunto de representações dominantes em uma determinada classe dentro da sociedade. Como existem várias classes, várias ideologias estão permanentemente em confronto na sociedade. A ideologia é, pois, a visão de mundo de determinada classe, a maneira como ela representa a ordem social. Assim, a linguagem é determinada em *última instância* pela ideologia, pois não há uma relação direta entre as representações e a língua. In. (GREGOLIN, Maria do Rosario Valencise. **A análise do discurso: conceitos e aplicações**. Rev. N. 39, Alfa: São Paulo, 1995. p. 13- 21).

sede potentes et exaltavit humilia escurrientes implevit bonis et divites dimisit inanes”. (S. Lucas C-1, vs. 52 e 53). Desapareceu com o número 292, ano VIII, sendo substituído por *Opinião Conservadora*. Reapareceu com o nº 293, de 06-03-1876, impresso por Honorato José de Sousa, tendo como redatores os Drs. Carlos de Sousa Martins, Helvídio Clementino de Aguiar, Cel. Luís Rodrigues Elvas e o conêgo Tomás de Moraes Rego. Desapareceu novamente, para reaparecer em 1890, como Órgão do Partido Federal, edição de 1.000 exemplares, impresso por Adelino José Galvão, com a legenda: “Os espinhos da liberdade são preferidos às flores da servidão” (FILHO, 1997, p. 222).

Publicado em meados dos anos 1860 do século XIX até início do século seguinte, os primeiros números do jornal vieram a ser publicados como pertencente do Órgão do Partido Conservador findando com o Órgão do Partido Republicano durante a segunda metade do século XX, de acordo com registros disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional¹⁴, dentro do quadro político oriundo da passagem do Império para a República. Embora devamos estar cientes de que esta data é passível de equívocos, já que não contamos com dados efetivos que possam contradizer ou mesmo afirmar tal data.

O Piauihy era um periódico pertencente ao Órgão do Partido Conservador, seus redatores, segundo escassas informações que dispomos, provavelmente pertenciam ao mesmo partido. Conseguimos apenas registros históricos da vida da figura de Antônio Coelho Rodrigues¹⁵, redator e fundador deste periódico. Foi diretor do Jornal *O Piauihy* em Teresina, a convite de Simplício de Sousa Mendes chefe político do partido conservador no Piauí (1876). Sempre crítico, endereçava suas observações aos diversos setores da sociedade. Atuou na jurisprudência, no ensino e na política, utilizando sempre o jornal como uma arma tendo deixado uma grande contribuição em jornais em que escreveu¹⁶.

Sua atuação por vezes contraditória era coincidente com a própria atuação do periódico¹⁷, este que durante sua existência passou por diversos redatores, modificando com o passar dos anos o próprio nome do jornal, criando um clima de instabilidade, findando como

¹⁴ Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. (acesso: em 18 de agosto de 2016, as 22h20min)

¹⁵ Jornalista e intelectual, nasceu em quatro de abril de 1846, na fazenda Boqueirão atual município de Picos (PI). Tornou-se Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife em 1866. Foi professor de Direito, professor de economia política na escola Politécnica do Rio de Janeiro. No campo da política foi Deputado Federal (1876- 1878 e 1886-1889), Deputado Provincial (1874- 1875), Senador e Prefeito do Distrito Federal (Rio de Janeiro). Iniciou o projeto de um código Civil em 1881, era filiado ao Partido conservador. (S/a. **Trajatória e história de vida de Antônio Coelho Rodrigues nos jornais piauienses O Piauihy e o Conservador**. S/d. 5 pág.)

¹⁶ Op. Cit, S/d

¹⁷ Idem

Órgão do Partido Federal, vinculado ao governo da República, como nos diz Celso Pinheiro Filho (1997).

O Piauí, como anteriormente foi citado, foi publicado dentro do quadro político da passagem do Império para a República, neste período, a imprensa jornalística do Piauí diversificava-se entre uma imprensa político partidária e literária, como nos aponta Ana Regina Rêgo, “O jornalismo político, especificamente, partidário, reinou soberano, sobretudo, no século XIX, mas ainda na década de 1840 os primeiros periódicos literários surgiram em Oeiras, então capital piauiense¹⁸.

No entanto, diversos jornais se dedicavam a assuntos variados como história, geografia e literatura, segundo Ana Regina Rêgo:

[...] havia uma preocupação com a difusão de idéias literárias e culturais na remota província do Piauí ainda no século XIX, e mais, demonstram que os intelectuais, sobretudo os egressos da Faculdade de Direito do Recife, empenhavam-se em difundir e sensibilizar a sociedade para uma convivência onde a cultura fosse de fato valorizada e viesse a influenciar o desenvolvimento da sociedade da época¹⁹.

Independente de debate mais aprofundado acerca da qualidade da produção jornalística de fins do século XIX para início do século XX, os meios de comunicação, no caso os impressos, cumpriam o seu papel. Ora com publicações especializadas sobre o debate político partidário, ora com publicações culturais literárias.

Além disso, a imprensa piauiense deflagrou na passagem dos referidos séculos, campanhas educativas que visavam fomentar o interesse do público pela leitura, tendo em vista que a própria subsistência dos jornais dependia da formação de um público leitor mais amplo, portanto, de uma sociedade mais educada e mais culta²⁰.

Contanto, a influência do jornalismo no imaginário simbólico da sociedade na passagem destes dois séculos, verificou-se, inicialmente, através do debate político²¹. Neste panorama da imprensa piauiense, foi criado o jornal *O Piauí*, porta-voz do Partido Conservador.

¹⁸ RÊGO, Ana Regina. **Imprensa piauiense – entre a literatura e a política** –. S/d.16 pág.

¹⁹ Op. Cit, S/d

²⁰ Idem, S/d

²¹ Ibidem, S/d

Periódico de cunho conservador, *O Piauí*, se assim podemos dizer, está classificado no que as historiadoras Márcia Pereira da Silva e Gilmar Yoshihara Franco denominaram como, “Jornal de temática específica”, em contraposição ao “Jornal de temática livre”, segundo estas, os periódicos de temática livre seriam aqueles que estariam afinados com a indústria cultural, com diversidade temática, tamanho considerável, várias colunas com teor informativo, anúncios, propagandas, notícias, reportagens, opiniões e análises profissionais quanto às questões culturais, políticas e econômicas de quaisquer ordens. (FRANCO, SILVA, 2010)

Assim, em contraposição a estes jornais de temática livre, consideramos que o periódico aqui em análise se adequaria no que seria chamado de “jornal de temática específica”, pois segundo as historiadoras, estes jornais específicos serviriam de porta-vozes de um grupo com princípios comuns. Ou seja, *O Piauí* se adequa a esta problemática na medida em que tem como principal porta-voz o Partido Conservador.

O Piauí era editado no Piauí, mas era no Rio de Janeiro que acontecia a sua circulação, de acordo com registros tirados do próprio jornal. Trazia no alto da primeira página, com letras de forma e em negrito, seu respectivo nome (**O PIAUHY – ORGÃO DO PARTIDO CONSERVADOR**). Logo em seguida, já trazia suas características de publicação e circulação, como nos aponta este exemplar de 12 de março de 1870:

O PIAUHY publica-se uma vez por semana. Assigna-se a 10\$000 por anno. 5\$000 por semestre e 3\$000 por timestre: número avulso 320 reis. Os assignantes terão 10 linhas gratis e o excedente a razão de 80 reis por linha. As publicações pedidas, devem vir responsabilizadas. Os autographos não publicados não se restituem. (O PIAUHY, 12 de março de 1870).

Estas informações estavam presentes em todas as páginas iniciais deste periódico. Sua publicação ocorria uma vez a cada semana, variando os valores da assinatura de acordo com o dispêndio de consumo do leitor. Aos assinantes, era destinado um total de 10 linhas do periódico para quaisquer notícias que lhes interessasse publicar, contanto que estas viessem responsabilizadas com a assinatura do redator, excedendo o total destas linhas o assinante deveria pagar um excedente, perfazendo um total de 80 reis.

Apesar de nossa fonte ser hemerográfica, como anteriormente já fora mencionado, pudemos analisar toda a sua estrutura física, já que nosso campo de acesso disponibiliza os periódicos na sua forma original. O jornal continha um total de quatro páginas, onde os

conteúdos eram divididos, segundo nossas análises, de acordo com o grau de relevância para o governo do Império, já que nas suas primeiras páginas sempre continha os pronunciamentos dos atos do governo.

Na primeira página divulgava-se a parte oficial (**PARTE OFICIAL - GOVERNO CENTRAL**), onde trazia-se o pronunciamento dos atos do governo, esta parte era reservada para as prestações de contas do governo, pronunciamentos sobre o Ministério dos negócios estrangeiros, bem como outras notícias. Ainda na primeira página continha o pronunciamento das câmaras das províncias do Piauí (**GOVERNO DA PROVÍNCIA**), esta parte era reservada para o pronunciamento das leis e regimentos das câmaras destinadas à sociedade, bem como outras notícias.

Na segunda página continha as publicações gerais (**PUBLICAÇÕES GERAES**), eram notícias variadas sobre as províncias do Piauí. Já na terceira página geralmente era reservada aos assinantes do jornal, como anteriormente foi mencionado, esses assinantes tinham certa quantia de linhas que poderiam utilizá-las mediante o interesse de suas notícias.

Já na última página do periódico continha os noticiários, anúncios e comunicados (as pequenas notícias) e o que eles denominavam como “EDITAES”, esses editais eram pequenas notícias geralmente dos atos das câmaras das províncias ou mesmo de algum órgão ligado a província. Desta forma, era frequentemente nas últimas páginas que encontravam-se assuntos que dizia respeito aos sujeitos escravizados, sejam eles os anúncios sobre fuga, compra e venda de escravos, passando mesmo pelos mais variados assuntos que envolviam estes sujeitos. No entanto, estas notícias foram percebidas nas diversas páginas deste jornal, desde a primeira, com as resoluções dos governos das províncias, passando pelas demais, onde encontramos até mesmo recenciamentos e manumissões de escravos.

3.2. Discursos do jornal *O Piauí* sobre descrições de peculiaridades do escravismo piauiense.

Os jornais brasileiros do século XIX são fontes ricas para a investigação da sociedade deste período, pois, através da análise sistemática de seus registros é possível perceber o cotidiano, as atividades comerciais entre outras instâncias da sociedade do período. Nesta

época o trabalhador escravizado era presença marcante nas páginas destes periódicos, seja na forma de contos, de crônicas, de noticiários ou mesmo em anúncios.

A análise de anúncios de jornais referente a escravizados veio trazer grande contribuição para elucidação de parte tão desconhecida de nossa história, mais do que isso: a análise sistemática de anúncios relativos a escravizados nos jornais brasileiros do século XIX permitiu chegarmos a importantes conclusões ou interpretações de caráter antropológico²² quer psicossomático²³, quer cultural, através das descrições oferecidas das figuras, falas e gestos de negros – ou mestiços – à venda e, sobretudo, fugidos: altura, formas de corpo, pés, mãos, cabeça, dentes, modos de falar, doenças. (FREYRE, 2010, p. 28).

Os anúncios²⁴ eram presença constante nos jornais das principais cidades do Brasil no século XIX, como forma de vender produtos como: roupas, sapatos, mobílias e remédios, sejam para anunciar prestação de serviços como barbeiros e médicos, e também como uma forma que os proprietários encontraram para noticiar que seus escravizados haviam escapado e, assim, fazer com que fossem reconhecidos e devolvidos, vendê-los de forma mais rápida, e oferecê-los para a prestação de algum serviço (FERRARI, 2004).

Segundo classificação feita anteriormente da distribuição dos assuntos contidos no jornal *O Piauí*, os anúncios referentes a indivíduos escravizados eram muito recorrentes nas páginas finais deste jornal, seja anúncios de compra e venda de escravos, fuga, assassinatos de escravos, escravos considerados assassinos, libertação de escravos, passando pelos mais variados assuntos referentes a estes sujeitos. No entanto, estas questões eram também

²² **1.** Estudo ou reflexão acerca do ser humano, e do que lhe é característico. **2.** Designação comum a diferentes ciências ou disciplinas, cujas finalidades são descrever o ser humano e analisá-lo com base nas características biológicas e socioculturais dos diversos grupos (povos, etnias, etc.), dando ênfase às diferenças e variações entre eles. (FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, 1910- 1989 Mini Aurélio Século XXI Escolar: O minidicionário da língua portuguesa- Aurélio Buarque de Holanda Ferreira; coordenação de edição, Margarida dos Anjos, Marina Baird Ferreira; lexicografia, Margarida dos Anjos...[et al.]. 4. Ed. Ver. Ampliada.- Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.)

²³ [De *psic(o)*- + *somático*.] Adj. **1.** Pertencente ou relativo, simultaneamente, aos domínios orgânico e psíquico. **2.** Diz-se das perturbações ou lesões orgânicas produzidas por influências psíquicas (emoções, desejos, medo, etc.). (FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa- Aurélio Buarque de Holanda Ferreira; coordenação Marina Baird Ferreira, Margarida dos Anjos.- 4. Ed.- Curitiba: ed. Positivo; 2009.)

²⁴ Gênero textual impresso publicado geralmente em jornais e revistas, o anúncio faz parte do conjunto denominado propaganda, que visa a divulgação de um produto ou serviço ou, ainda, fazer circular informação. Segundo o dicionário Aurélio: anúncio: 1. Notícia ou aviso pelo qual se dá de qualquer coisa ao conhecimento público. 2. Previsão, prognóstico, vaticínio. 3. Sinal, vestígio, indício. 4. Prop. Mensagem que, por meio de palavras, imagem, música, recursos audiovisuais ou efeitos luminosos, pretende comunicar ao público as qualidades de um determinado produto ou serviço, assim como os benefícios que tal produto ou serviço oferece aos eventuais consumidores. (Cf. anúncio, do v. anunciar.)

encontradas nas primeiras páginas, como era o caso das resoluções dos governos das províncias, onde fazia-se referência do local destinado a estes indivíduos na sociedade do período.

Assim, busca-se analisar as notícias e anúncios referentes a estes sujeitos, contidos nos periódicos do jornal *O Piauí*. Para tanto, utilizaremos as fundamentações do teórico russo Mikhail Bakhtin, entre outras considerações este pensador defende a ideia de que não existe discurso fora de um contexto social de enunciação. Para Bakhtin “discurso, isto é, a língua como objeto específico da linguística, obtido por meio de uma abstração totalmente legítima e necessária de vários aspectos da vida concreta da palavra”. (2003, p. 92)

O discurso escrito é de certa forma parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, etc. Na concepção Bakhtiniana o discurso humano é dialógico, mesmo que seja resultado de uma pesquisa individualizada. Pois de certa forma o texto é uma produção coletiva, haja vista que sofre a interferência de ideias de muitos agentes sociais. Da mesma forma o jornal. Um diálogo entre jornalistas, leitores e o contexto como um todo.

Trabalhando com a ideia de que o discurso não se encontra fora do contexto de enunciação, onde o discurso escrito é de certa forma parte integrante de uma discussão ideológica, julgamos necessário compreender como o jornal *O Piauí* (enquanto porta-voz do Partido Conservador) posicionava-se diante das questões escravocratas. Pois os discursos deste jornal servem para analisarmos as descrições das peculiaridades do escravismo piauiense nos quatro primeiros anos da década de 1870 do século XIX.

Ao analisarmos as páginas do objeto aqui em questão, percebemos uma grande quantidade de anúncios que tratam principalmente de fugas e vendas de escravos, outros tantos em menor quantidade de possíveis crimes de escravos; assassinato de escravos; anúncios de prestação de serviços; decretos da Princesa Isabel sobre a libertação dos escravos; matrículas, manumissão e recenciamentos de escravos, bem como tantos outros anúncios e notícias avulsas sobre estes sujeitos. Assim, perfazendo um total de 150 páginas lidas, dos anos de 1870 a 1873.

Os anúncios de fuga de escravos foram encontrados com maior frequência nas páginas do jornal *O Piauí*, nos referidos anos, isso se justifica supostamente pela aparente liberdade a que era dada a esses escravos. Como nos aponta Ana Josefina Ferrari, essa suposta liberdade

possibilitava a esses sujeitos jogar, beber, andar pelas ruas, pedir dinheiro emprestado, interagir, ter relações de amizade ou amorosas com os outros habitantes da cidade, e fugir, mesmo que todos esses aspectos fossem proibidos (FERRARI, 2004).

Acha- se fugido, desde 29 de junho ultimamente findo, o escravo de nome Francisco, preto, 50 annos de idade, pouco mais ou menos, altura regular, magro cabellos carapinhos, e tem uma marca vermelha em um olho; dentes bons, porem limados.

Quem o capturar e entregar a seu senhor, Marcellino Titto, em Campo Maior; ao capitão Miguel Borges, em Theresina, e em Caxias ao capitão João Barbosa, será bem gratificado. (O PIAUHY, 31 de Jul. de 1873, nº274, p. 4).

Com a frequência com que apareciam esses anúncios, acreditamos que possivelmente isso esteja ligado com o fato de que esse tenha sido um dos recursos bastante utilizados pelos donos de escravizados com o objetivo de encontrar mais facilmente um cativo fugido. Hoje esses anúncios de fuga são importantes fontes para a história, pois expõe uma descrição minuciosa dos cativos, pois os mesmos se utilizam bastante de recursos linguísticos para descrever ou mesmo exaltar esses sujeitos, como nos mostra o anúncio de 16 de julho de 1870:

Fugio ao abaixo assignado de sua fazenda Zazaritamia, termo de S. Gonçalo no dia 12 de janeiro do corrente anno, o seo escravo de nome Ricardo, de 20 annos de idade, cabra, altura regular, corpolento, cabelos entre anndlodos e carapinhos, bons dentes, sem barba, olhos regulares e um tanto encocados, nariz grosso, com signaes de relho pouco visíveis nas costelas, tendo um talho de machado entre os dedos de um dos pés. Quem o capturar e entregar a seo senhor, ou nesta cidade aos Srs. Firmino Alves dos Santos & Irmão, será devidamente gratificado. Theresina 20 de junho de 1870.

Manoel Faustino Pereira Lopes
(O PIAUHY, 16 de jul. de 1870, nº137, p. 4).

Todos os sinais e marcas que pudessem identificar o escravizado eram descritos, características físicas como: cabra, altura regular, corpolento, cabelos carapinhos, bons dentes, sem barba, olhos regulares, nariz grosso. Bem como as marcas de castigos: marcas de relho nas costelas, assim como deficiências possivelmente das labutas diárias como um talho de machado entre os dedos de um dos pés, são características que possivelmente facilitariam na identificação desses cativos, consequentemente facilitando na captura destes sujeitos.

A sociedade escravista estava sujeita a um dispendioso aparato de vigilância, fugas e castigos compunha parte do seu cotidiano. Anúncios de escravos que fugiam do campo para as cidades onde levavam na maioria das vezes pertences de seus senhores, também eram frequentes nos quatro primeiros anos da década de 1870 do século XIX, como nos mostra um dos exemplos contido nesta página do jornal de número 125, de 19 de março de 1870:

Evadio- se no dia 6 do corrente mez da fazenda- S. Benedicto- deste termo, o escravo Maxino, que tem os signaes seguintes: côr muito preta, sem barba, rosto meio quadrado, testa pequena, olhos vesgos, nariz chato, boca grande, boa dentadura, queixo fino, voz fanhosa, altura quase regular, cheio do corpo, pes grandes e representa ter 30 e poucos anos de idade. Levou camizas de elefante ordinário ceroulas de algodãozinho e calças de riscado imitando a brim, surrão e rede.

Este escravo já tem estado por vezes trabalhando nesta cidade, onde mostrou desejos de ficar residindo, por isso é de crer que esteja por aqui mesmo escondido; no entre tanto, como pode ter tomado outro destino, roga- se e reconmenda- se as authorities policiaes desta província e da do Maranhão a sua captura.

Quem o pegar e entregar nesta cidade ao Sr. Antonio Gonçalves Pedreira Portellada, ou der delle noticia exacta, sera devidamente remunerado.

Theresina 10 de março de 1870 (O PIAUHY, 19 de março de 1870, n°125, p. 4).

O exemplo citado nos mostra que possivelmente os escravizados fugiam mais para as cidades porque poderiam se camuflar e não ser reconhecidos como cativos. Na tentativa de ocultarem-se em meio à população livre muitos escravizados levavam as roupas do senhor. O objetivo era de não serem reconhecidos e apanhados pelo senhor ou pela força policial.

Ao fazer o levantamento dos jornais observamos ainda a presença marcante de um número considerável de anúncios de venda de escravos, esses possuíam descrições mais concisas do que os anúncios de fuga, como nos afirma Eloisa Souza Ferreira, “eram anúncios estritamente comerciais e deixavam a imagem do negro-mercadoria” (FERREIRA, 2010). Como é o caso do anúncio abaixo em que o senhor aproveita para vender uma escravizada.

O abaixo assignado está encomido da venda d’uma escrava moça, boa figura, sadia e sem defeitos.

Miguel Borges

(O PIAUHY, 8 de jun. de 1872, n°221, p. 4)

As publicações de venda apareciam de forma descritiva e elogiosa, nestes anúncios eram frequentes os redatores apontarem as qualidades dos escravos que estavam sendo vendidos, nesta publicação de oito de junho de 1872 retrata-se as características da escrava a ser vendida como “escrava moça”, “boa figura”, “sadia”, e “sem defeitos”. No entanto, podemos compreender também, que nos anúncios de venda as qualidades apontadas pelos anunciantes nem sempre poderiam ser verdadeiras, os elogios apontados nos anúncios muitas vezes poderia ser apenas um artifício para vendas mais bem sucedidas.

Luiz da Cunha Machado, vende por preço razoável, uma escrava moça, sadia e de bonita figura.

Quem a pretender dirija-se ao capitão Miguel Borges, que se acha autorizado para fazer a referida venda. (O PIAUHY, 9 de jul. de 1872, nº 225, p. 4)

Sobre isso nos fala também a historiadora Ane Karine P. de Holanda Bastos, quando nos diz que, quando o anúncio tratava de venda ou aluguel de escravizados a mensagem era composta de intensificadores e adjetivação que tinha por objetivo fundamental destacar as características positivas dos cativos (BASTOS, 2010). Já os anúncios de aluguel de escravizados eram escassos no jornal O Piauhy, o que encontramos eram curtos e muito sucintos, catalogamos apenas duas notícias de aluguel de amas-de-leite no ano de 1870, sendo que nos dois anúncios a notícia era a mesma.



IMAGEM 1: Jornal O PIAUHY, 17 de dez. de 1870, nº152, p. 4.

FONTE: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional²⁵

Nos dois únicos anúncios de aluguel de escravos que foram catalogados, a saber, os de “Amas- de- Leite”, observamos certa particularidade, pois estes anúncios diferenciavam- se, por exemplo, dos anúncios de fuga ou de venda de escravos, no que diz respeito a divulgação das características dos sujeitos que prestariam os serviços. Eram geralmente anúncios bastante sucintos, com a divulgação apenas da função de seus serviços e o nome do responsável do cativo.

Nos anúncios de aluguel a mensagem transmitida pelo senhor ganhava um sentido mais abrangente, pois os anunciadores da época desenvolviam recursos que buscava mostrar de forma proveitosa a aquisição dos futuros compradores. Os anunciantes salientavam, por exemplo, os atributos positivos dos cativos, suas qualidades físicas, morais ou profissionais (BASTOS, 2010).

Anúncios de fuga, venda e prestação de serviço de escravizados eram frequentes nas páginas dos periódicos da época. Pertencente ao Órgão do Partido Conservador, *O Piauí* era exemplo de veículo propagador das questões escravocratas. Os sujeitos escravizados estavam

presentes nas suas páginas não só como contraventores das normas regidas, infringidas através das fugas, como são mostradas nos exemplos anteriores. Mas também como possíveis indisciplinados, pois observamos nesses anúncios a descrição das características físicas desses escravos, como “marcas de relho nas costellas”, “talho de machado entre os dedos dos pés”, possivelmente ocasionados pela insubmissão por parte desses cativos. Ou mesmo dispostos a venda como “objeto” ou “mercadoria”, assim como na prestação de seus serviços, mas também estavam presentes como os que eram obrigados a seguir normas rígidas a serem seguidas.

Ao circular pela cidade o escravizado possuía determinadas restrições temporais e espaciais, isso por que ele era tido como um risco a sociedade. Segundo Marilene R. N. da Silva, as populações das cidades sentia-se ameaçados com a presença do escravizado, apesar da constante utilização deste como mão- de- obra laboral. As notícias de rebeliões de escravizados, segundo a autora, refletiam- se na preocupação das províncias em regulamentar medidas rigorosas que tornasse efetivo o controle da sociedade. (SILVA, 1988, p. 97). É o que nos mostra essa resolução do governo da província do Piauí do ano de 1870:

Art. 76. Os senhores de escravos que os consentirem andar pelas ruas vestidos de trapos, de modo que offendão a decencia e o pudor, de camiza e ceroulas sem calças e as escravas sem camizas, quando usem de saias, serão multados em dois mil reis por cada vez. (O PIAUHY, 16 de novembro de 1870, nº 149, p. 1).

A vida pública da sociedade na cidade estava regulada pelos códigos de postura, as normas existiam para distribuir os indivíduos no espaço e mostrar a eles qual lugar deveriam ocupar dentre deste. Segundo Ana Josefina Ferrari, os escravizados não podiam circular pelas ruas sem o consentimento dos senhores fora dos horários liberados, não podiam jogar, comprar bebidas alcoólicas, permanecer em armazéns e botequins mais tempo do que o necessário sob pena de punição dele e daquele homem livre com quem ele estivesse. (FERRARI, 2004, p. 70).

Os códigos de posturas regulamentavam o quotidiano da cidade e os espaços por onde os escravizados poderiam circular. As resoluções dos governos da província do Piauí nos mostra claramente os espaços a que eram destinados para estes sujeitos, bem como o tempo e

²⁵ Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>, (acesso: em 18 de agosto de 2016, às 22h25min)

o modo como os escravizados deveriam circular nas cidades, como nos mostra o anúncio de 6 de dezembro de 1870:

Art. 76. É expresamente prohibido andarem pelas ruas da cidade escravos com gargalheiras, grilhetas e outros instrumentos de castigo. Aqueles que assim forem encontrados serão retidos pelo fiscal, que depois de tiralhes os mesmos instrumentos os entregará aos senhores que pagarão a multa de dez mil reis.

Art. 77. Os escravos que por velhos ou inutilizados por quaesquer outros motivos de prestar serviços forem abandonados por seus senhores, ou andarem a esmolar da caridade publica serão levados pelo fiscal, que os encontrar á seus senhores, que pagarão a multa de dez mil reis, e o dobro nas reincidências.

Art. 84. São prohibidas as reuniões demais de quatro escravos nas quitandas ou qualquer outra casa de commercio desta natureza, onde se vendão bebidas espirituosas mormente se estiverem entretidos nas bebidas. Aos contraventores que serão os donos das casas aonde se der a reunião a multa de dez mil reis e o dobro nas reincidências.

Art. 85. Os batuques e danças de pretos são prohibidos fora dos lugares permitidos pela autoridade competente. Aos contraventores, que serão os que forem encontrados em flagrante infracção desta postura a multa de cinco mil reis por cada um que for encontrado, ou cinco dias de prisão, quando não satisfaça a multa pecuniaria.

(O PIAUHY, 6 de dez. de 1870, nº 151, p. 1- 2)

Esses códigos além de regulamentadores, ainda serviam de agenciadores de segregação dos espaços que seriam ocupados por cada indivíduo na sociedade. Assim, através dos códigos de postura, estabeleciam-se juridicamente processos de exclusão e partição do escravizado na vida pública da cidade, processos que abrange também aqueles sujeitos que se relacionavam com eles. Todos eram punidos por transgredir as regras estipuladas pelas posturas (SILVA, 1988, p. 97).

Para além dos códigos de postura a que eram submetidos estes sujeitos; nas páginas do jornal *O Piauí*, também continham, assim como todos os anúncios que aqui já foram arrolados, anúncios de registros de matrículas, recenciamento e manumissão de escravos. Eram publicações que serviam, segundo análise de nossa fonte, para manter a sociedade informada, respectivamente, sobre os prazos e resoluções das matrículas dos escravos, bem como do censo demográfico desta população, assim como sobre a alforria dos mesmos.

É o que trata esta publicação de 25 de janeiro de 1873, sobre as matrículas de escravos, intitulado (**Da matrícula especial**):

Art. 87. Proceder- se- há a matrícula especial de todos os escravos existentes no Império, com a declaração do nome, sexo, idade, estado, aptidão para o trabalho e filiação de cada um se fôr conhecido. (Lei- art. 8º)

§ 1º. O praso em que deve começar a encerrar- se a matrícula sera anunciado com a maior antecedencia possível, por meio de editaes repetidos, nos quaes sera inserta a disposição do paragrapho seguinte. (Lei- ibid.- §1º.)

§ 2º. Os escravos que, por culpa ou omissão dos interessados, não forem dados á matrícula até um anno depois do incerramento desta, serão por este facto considerados libertos. (Lei- ibid.- § 2º.). (O PIAUHY, 25 de jan. de 1873, nº 249, p. 2).

As matrículas de escravos²⁶, eram, como podemos observar na citação anterior, uma espécie de certidão destes sujeitos, pois continham suas particularidades na descrição de seus nomes, sexo, idade, estado, entre outras características. Nestas matrículas, arrolava- se sobre os prazos em que os senhores donos de escravos deveriam recorrer para a petição do registro de seus cativos, pois, segundo o que nos mostra esta resolução anteriormente citada, os escravos que não eram registrados nestas matrículas, ou seja, os que não eram submetidos a essa “prestação de conta” para o governo, seriam considerados libertos, ainda sob os riscos de esses proprietários prestarem o pagamento de uma multa, “§ 3º. Pela matrícula de cada escravo pagará o senhor, por uma vez somente, o emolumento de 500 rs..se o fizer dentro do praso marcado: e de 1\$000 reis, se exceder o dia do praso.” (O PIAUHY, 25 de jan. de 1873, nº 249, p. 2)

Além desta prestação de conta, os escravos ainda estavam presentes nestes anúncios no que se chamava à época, de (RECENSEAMENTO), que era na verdade uma espécie de senso demográfico da população imperial. “Art. 2º. Todos os habitantes do Imperio, nacionais e estrangeiros, livres e escravos, serão recenseados no lugar ou habitação em que se acharem no referido dia.” (O PIAUHY, 8 de jun. de 1872, nº 221, p. 3). Estes sensos estavam presentes nas páginas do jornal O Piauhy para manter a sociedade informada sobre como seria feito esse levantamento e as medidas tomadas no decorrer do mesmo.

As manumissões, por outro lado, ocorriam como meio de informar a sociedade sobre a forma como os escravos seriam libertos, as leis e regimentos para a libertação e situação

²⁶http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DIM/DIM4835.htm
(Acesso em: 8 de agosto de 2016, às 17h37min).

destes indivíduos enquanto libertos. É o que nos mostra o exemplo publicado em 21 de agosto de 1871:

MANUMISSÃO PELO NASCIMENTO

Art. 1º. Os filhos da mulher escrava, que nascerem no Imperio desde a data desta lei serão considerados de condição livre e havidos como ingênuos.

§ 1º. Os ditos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quaes terão a obrigação de criar- o e tratal- os até a idade de 8 annos completos.

Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá a opção, ou de receber do Estado a indenisação de 600\$000, ou de utilizar- se dos serviços do menor até a idade de 21 annos completos.

No primeiro caso o governo receberá o menor, e lhe dará o destino, em conformidade com a presente lei. (O PIAUHY, 21 de agosto de 1871, nº 185, p, 2-3).

Os códigos regidos através das manumissões, expostos nos anúncios do jornal *O Piauí*, são ricos nas descrições das peculiaridades dos processos de libertação dos escravos. O anúncio aqui exemplificado, nos mostra claramente que os filhos de escravas nascidos a partir da data da referida lei, exposto no artigo 1º, § 1º, nos leva a compreender de que se trata da lei de 1871, mais conhecido como Lei do Ventre Livre, que entre outras coisas fala que “[...] também conhecida como “Lei Rio Branco” foi uma lei abolicionista, promulgada em 28 de setembro de 1871 (assinada pela Princesa Isabel). Esta lei considerava livre todos os filhos de mulher escravas nascidos a partir da data da lei”²⁷.

Para além dessas resoluções anteriormente citadas da lei de 1871, encontramos ainda referência sobre este assunto na publicação de 16 de janeiro de 1873, onde o número 248 deste periódico nos traz com maiores detalhes as principais resoluções desta lei:

DO FUNDO DE EMANCIPAÇÃO

Art. 23º. Serão anualmente libertados, em cada província do Imperio, tantos escravos quantos correspondem á quota disponível do fundo destinado para emancipação.

Art. 27º. A classificação para as alforrias pelo fundo de emancipação será a seguinte:

- I. Famílias;
- II. Indivíduos.

§ 1º. Na libertação por famílias, preferirão:

²⁷ Disponível em: http://www.suapesquisa.com/historiadobrasil/lei_ventre_livre.htm, (acesso em: 9 de agosto de 2016, às 16h51min)

- I. Os conjuges que forem escravos de diferentes senhores;
- II. Os conjuges, que tiverem filhos, nascidos livres em virtude da lei e menores de oito anos;
- III. Os conjuges, que tiverem filhos livres menores que 21 anos;
- IV. Os conjuges com filhos menores escravos;
- V. As mãis comfilhos menores escravos;
- VI. Os conjuges sem filhos menores.

§ 2º. Na libertação por indivíduos, preferirão:

- I. A mãe ou pai com filhos livres;
- II. Os de 12 a 50 anos de idade, começando pelos mais moços no sexo feminino, e pelos mais velhos do sexo masculino.

Art. 48º. É permitido ao escravo a formação de um pecúlio como que lhe provier de doações, legados e heranças, e como que, por consentimento do senhor, obtiver do seu trabalho e economias (Lei- art. 4º). (O PIAUHY, 16 de jan. de 1873, nº 248, p. 1- 2- 3).

A Lei do Ventre Livre declarou livres os filhos de mulheres escravizadas que nasceram de 28 de setembro de 1871 em diante, libertos os escravizados da nação, onde o Fundo de Emancipação providenciou a criação e tratamento de escravos menores e a libertação anual de cativos.

Segundo Arethusa Helena Zero (2004), esta lei foi decisiva para a organização do mercado do trabalho livre no Brasil, pois formulou estratégias para definir a forma pela qual se daria a abolição da escravidão, a transição para o sistema de trabalho livre, e a configuração do mercado. Foi através desta que o Estado interviu pela primeira vez na relação senhor – escravizado, com a intenção de substituir gradualmente o trabalho escravizado pelo trabalho livre sem causar danos maiores aos senhores²⁸.

Os anúncios aqui exemplificados nos são de grande relevância para a compreensão das peculiaridades de parte tão singular de nossa sociedade de meados do século XIX. *O Piauhhy*, enquanto porta voz do Partido Conservador, nos mostra no decorrer da leitura de suas páginas, diversas variantes da vida dos sujeitos escravizados de meados deste século.

Para além dos já mencionados anteriormente, *O Piauhhy* contava em suas páginas com os mais diversos assuntos, passando pelas discussões em torno da condição social destes sujeitos, bem como assuntos que englobam crimes contra escravos, assim como a libertação dos mesmos. São estas e tantas outras questões que aglomeram as páginas deste periódico no que diz respeito a este sistema e a estes sujeitos.

²⁸ ZERO, Arethusa Helena. *O preço da liberdade: caminhos da infância tutelada*. Rio Claro (1871-1888). Dissertação (Mestrado). Campinas- São Paulo, 2004.

Os escravos estavam presentes nas páginas do periódico não só como registros de sua condição enquanto sujeitos escravizados que deveriam cumprir leis e normas perante a sociedade, por meio de notícias que nos dão suporte para a reflexão das peculiaridades que envolveram a vida desses sujeitos, mas também, estavam presentes nestas páginas os registros do que lhes acometia suas vidas, registros de assassinatos de escravos também foram encontrados no periódico *O Piauí*, claro, em menor quantidade, mas eram publicações, antes mesmo, de casos isolados, de indivíduos anônimos.

Eram publicações de casos isolados, onde estas notícias, segundo análise de nossa fonte, se mostravam em favor da causa, demonstrando a injúria que acometiam estes crimes, e o quanto estas deveriam ser passíveis de punição por parte dos culpados. Como nos mostra o exemplo de 31 de janeiro de 1870 sobre o assassinato do escravo Victoriano:

O autor do crime era o então major e hoje coronel José de Araújo Costa, proprietário, negociante desta praça, vulto saliente na política liberal desta província; e a vítima de seu furor insano o seu escravo de nome Victoriano, que falleceu martyrisado de um castigo rigoroso, incompatível com os sentimentos religiosos e humanitários. (O PIAUHY, 31 de jan. de 1870, nº 119, p. 3).

O crime que acometeu a vida do escravo Victoriano foi bastante ressaltado em vários números do jornal *O Piauí*, possivelmente pela dimensão da injúria que envolveu este crime. Nesta passagem do número 119, de 31 de janeiro de 1870, o autor do crime, o então major e posteriormente coronel José de Araújo Costa, vitimou seu escravo sob o martírio de castigos rigorosos levando a sua morte.

Crimes como estes eram recorrentes na sociedade escravocrata brasileira, possivelmente pela impunidade dos delitos, como nos mostra esta passagem da notícia:

O resultado, por tanto, do conselho é, mais uma prova da criminalidade do coronel Araújo Costa, que todavia, continua a gosar de plena liberdade, passeando impavido pelas ruas desta cidade, frequentando o palácio do Exn. Sr. Presidente da província e a casa do Sr. Dr. Chefe de polícia, com os quaes vive na mais perfeita intimidade, e finalmente expelindo ordens do dia a guarda nacional como seu comandante superior. Pobre terra em que dorme a justiça e vela o criminoso! (O PIAUHY, 31 de jan. de 1870, nº 119, p. 3).

Isso nos leva a crer que o caso do então escravo Victoriano foi mais um desses crimes impunes, pois a notícia nos mostra claramente que apesar da injúria que acometeu a sociedade provincial, o crime contra este escravo foi relegado ao esquecimento. Os autores Wlamyra R. de Albuquerque e Walter Fraga Filho, nos fala que apesar da legislação permitir que escravos e livres denunciasses os senhores proprietários de cativos, pouquíssimos eram os senhores que pagavam pelos crimes de crueldade cometidos contra estes indivíduos. A maioria dos acusados terminou perdoados ou absolvidos por juízes que, em geral, eram também donos de escravizados. (ALBUQUERQUE, FILHO, 2006, p. 68).

A impunidade deste crime, como pudemos observar ao analisar esta notícia, provocou grande discórdia na sociedade provincial do período e na imprensa periódica do então jornal *O Piauí*, isto fica claro nesta passagem final da notícia:

Somos de opinião que não estando prescripto o crime, deve a policia providenciar de modo a não continuar a causa publica sofrer com semelhantes tolerancias criminosas.

Ficamos na expectativa, observando os passos da policia que se mostra tão activa em ninharias e banalidades com ostentação do poder, para depois voltarmos a questão. (O PIAUHY, 31 de jan. de 1870, nº 119, p. 3).

Os discursos proferidos pelo jornal *O Piauí* sobre este caso, nos mostra claramente o posicionamento deste perante estas questões, inconformados com a tolerância da polícia envolvida neste crime, o jornal mostrou-se a favor da causa pública, denunciando os passos da polícia como preocupadas com banalidades e ostentação do poder, relegando a marginalidade crimes como este de utilidade pública.

O periódico mostrava-se como grande denunciador das questões escravocratas, denúncias como de ex- escravos ainda submetidos ao cativeiro foram também catalogados nas páginas deste periódico, como é o caso da escrava Helena de apenas três anos de idade, reduzida ao cativeiro, mesmo sendo livre:

REDUZIR A ESCRAVIDÃO PESSOA LIVRE

Somos informados que o Snr. Manoel Clementino de Souza Martins, de Marvão, conserva no cativeiro uma pequena de nome Helena, de três anos de idade, a qual libertou mediante contracto com o pai da menor, Manoel Rodrigues da Cunha Conceição, que obrigou se a prestar-lhe serviços por cinco anos, tendo o ex- senhor incorrido na pena estipulada no contracto de perder o valor da escravinha se houvesse de sua parte arrependimento, o qual

verificou-se. Consta- nos que o promotor publico da comarca consultou o S. Exc. O Sr. Dr. Presidente se deve denunciar este facto que entende ser criminoso em vista do aviso de 22 de setembro de 1837, que declarou ser perfeita a liberdade concedida com o ônus de prestar serviços por algum tempo, e ter o ex- senhor baptisado a menor como escrava. (O PIAUHY, 4 de jul. de 1871, nº 179, p. 4)

Neste caso, o jornal denuncia a ilegalidade da prisão de uma ex escrava livre, ainda reduzida ao cativeiro. A ex escravinha Helena de apenas três anos de idade, foi liberta mediante contrato com o seu pai Manoel Rodrigues da Cunha Conceição e o senhor Manoel Clementino de Souza Martins, da cidade de Marvão, onde mesmo assim, permaneceu em cativeiro sob a tutela do seu Manoel Clementino, onde esta estava destinada a trabalhar por cinco anos para seu tutor. O que foi para as autoridades públicas considerado como crime este acordo, pois segundo as autoridades, a liberdade da escrava foi concedida com perfeito ônus, não sendo a mesma obrigada a prestar- lhes serviços ao senhor Manoel Clementino.

Para além destes casos de denúncia das questões escravocratas, observamos ainda, ao analisar as páginas deste periódico, que o mesmo sempre continha um teor de carácter informativo no que referia estes assuntos. Denúncias como o caso de maus tratos de escravos, agora na forma de ferra e mutilação de escravos (O PIAUHY, 2 de maio de 1870, nº 129, p. 3), foram recorrentes nas páginas deste jornal; assim como notícias de supostos crimes de escravos, agora com um teor mais informativa para a sociedade, também foram registrados, a exemplo disso temos o exemplar de 18 de maio de 1872:

ASSASSINATO: No fim do mez ultimo, no município de Valença, na fazenda Tabus do Sr. Tenente- coronel Felix Pereira da Silva, dois seus escravos de nome= Simplicio e Joaquim, um outro de seo irmão, capitão João da Silva, e um creado do premeiro, apanharam um outro individuo de nome Feliciano e o sangraram. Estes perversos, depois de pretenderem assassinar a seus senhores e amo, bem como aos filhos e genros dos mesmos, refugiaram- se nas brenhas, onde sendo procurados por Feliciano e outro individuo, cometeram aquele assassinio. (O PIAUHY, 18 de maio de 1872, nº218, p. 4).

Neste crime, os acusados na tentativa de extinguirem seus senhores e sua parentela, acabaram por assassinar um indivíduo de nome Feliciano, após o cometido refugiaram- se nas brenhas destas localidades. Uma notícia sem grandes detalhes, supomos que este tenha

sido um crime resultante de “rixas” entre esses indivíduos, possivelmente Feliciano pertencia à família do proprietário da fazenda Tabu, no município de Valença.

Os supostos crimes ocorriam também, geralmente e possivelmente, pelos maus tratos cometidos por parte de seus senhores contra seus criados, nesta notícia de 14 de fevereiro de 1871 nos mostra claramente que o crime cometido pelo escravo foi devido a ameaças de castigos por parte de sua senhora:

HORRÍVEL ASSASSINATO: No dia 30 do passado ao meio dia pouco mais ou menos deu-se nesta capital um facto tristissimo, que consternou a todos os seus habitantes.

A digna esposa do commerciante desta praça, Antonio Gomes de Campos, foi cruelmente assassinada pelo seo escravo de nome Frederico, que com a maior perversidade roubou a sociedade uma matrona destinta a toda prova por suas qualidades pessoas.

Engomava o perverso uma camisa, e notando a senhora ao passar por elle para o quarto do banho que aquella estava tostada pelo ferro reprehendeo- o por isso *ameaçando-o* de castigal- o quando voltasse da rua outro parceiro. Isto foi bastante para assanhar os maos instinctos do tigre de feições humanas, o qual lançando mão de um canivete grande de mola que trazia consigo (talvez premeditadamente) penetrou o quarto antes que a senhora o fechasse e fel- a succumbir aos golpes de 11 facadas, da quaes três foram sobre o peito. (O PIAUHY, 4 de fev. de 1871, nº 159, p. 4).

Nesta notícia o redator faz alusão a uma possível bondade da senhora acometida, exaltando suas virtudes, sendo por isso um crime que chocou e entristeceu toda a sociedade. Tamanha bondade que não se eximia de ameaçar seu criado de castigos, não obstante a isto, o escravo de nome Frederico diante das ameaças, não hesitou, ceifando a golpes de faca sucumbindo a vida de sua senhora.

Na redação desta notícia, vemos as designações a que eram denominados os sujeitos escravizados, expressões como “os maos instinctos do tigre de feições humanas” são uma das características designadas a estes sujeitos, o instinto animalesco destes indivíduos era justificado na maioria das vezes pelo discurso de “incivilizado”, distante das questões morais cristãs. Estes discursos serviam para as questões que envolviam a abolição deste sistema, suas justificativas e preocupações morais e religiosas para a extinção e emancipação desses indivíduos.

Discursos como o do Deputado Ferreira Vianna, deputado desta província, nos serve de exemplo sobre o que se pensava e se dizia sobre a escravidão e sobre a vida destes que viveram sobre o jugo do cativo.

**O discurso do Sr. Deputado Ferreira Vianna. Planos de emancipação-
inconvenientes do trabalho escravo.- Exhortação dos senhores de
escravos.**

Para a pacífica e segura solução do problema da emancipação, confio muito da força própria da ideia, dos sentimentos generosos do povo, do movimento espontâneo da consciencia, do desenvolvimento e propagação das verdades christãs. Espero tudo da justiça do Senhor, de resignação do escravo, da influencia progressiva da opinião pública. O governo poderia e deveria auxiliar esta piedosa obra de regeneração. Confiai na força da ideia; nutre o espirito com o alimento das verdades moraes, fecundai os corações, e a obra da redenpção se completará sem victimas, e sem algozes. Em vez de incutir terrores, e crear esperanças errôneas, repete o grande Apostolo em sua epistola a Timotheo- Que todos os que estão sob o jugo do cativo, saibam, que é sua obrigação honrar sempre a seu senhores, a fim de não darem causa a que se blaspheme do nome, e da Doutrina de Deus. (O PIAUHY, 18 de novembro de 1871, nº 196, p. 3).

Ao publicar o discurso do representante legal da província, Virgil Georg, redator, supostamente filiado ao então partido deste periódico, dar o seu parecer e faz uma análise criteriosa sobre a opinião do então representante Ferreira Viana, assim como aponta seus conceitos com relação ao assunto. O discurso proferido pelo então presidente desta província, como anteriormente fora citado, traz a ideia de que o sistema escravista brasileiro só poderia ser abolido por meio da ideia, dos preceitos morais e cristãos, onde seria um sistema que estaria fadado a ter fim, mas que, para tanto, os sujeitos aí envolvidos teriam que resignar-se em sua completude, cabendo aos poderes públicos à generosidade da emancipação.

Destas palavras, e do contexto do discurso de Ferreira Viana, vê-se que o representante do município não admite medidas diretas para emancipar os escravos, e que rejeita mesmo todas as medidas indiretas, civis ou políticas, que tendessem a este fim, por isso mesmo que confia unicamente no desenvolvimento e propagação dos meios morais e religiosos, isto é, na força da opinião, que reprova em teoria a escravidão, e poder da religião, que aconselha ao escravo a resignação ao seu estado, e obediência aos seus senhores.

Contraditório, pois, se a escravidão aos tempos de invasão da África negra em meados do século XV foi invadida em nome desta mesma religião, afirmando que estes sujeitos eram

pertencentes da linhagem de Cam, sendo, portanto, passíveis de serem escravizados, como fora anteriormente mencionados, é esta mesma religião que diz que estes mesmos sujeitos só poderiam ser salvos do jugo do cativo por meio da religião e da moral cristã.

Entretanto, para Virgil Georg, redator deste discurso, a abolição da escravidão no Brasil não seria exitosa, como sugeriu Ferreira Viana, pois nunca somente a força da ideia e a religiosidade conseguiria pôr fim tão grande sistema, como nos mostra nesta passagem da notícia:

Com effeito depois que se reconheceu a inanidade e vacuidade de todos esses meios moraes, isto é, a fraqueza da ideia diante do poder de interesses colligados para obstar a emancipação, foi que os governos entenderam conveniente addicionar-lhe o seu peso, e proclamar a abolição mais ou menos immediata da escravidão. (O PIAUHY, 18 de novembro de 1871, nº 196, p. 3).

Com efeito, para Virgil Georg, a abolição da escravidão no Brasil não só não acabaria pela força da ideia, como também, para que isto acontecesse, a emancipação dos escravos estaria diretamente ligada aos interesses dos poderes públicos. Para Virgil Georg, “se confiarmos somente na força da ideia ou da opinião, sem o auxilio dos poderes sociaes, nunca teremos emancipação servil” (O PIAUHY, 18 de novembro de 1871, nº 196, p. 3). Ou seja, o processo de emancipação dos escravos estaria diretamente ligado aos interesses dos poderes públicos, e não à força da generosidade dos senhores donos de escravos.

Para dar ênfase a isto, Virgil Georg nos fala ainda que:

Na região abstracta dos princípios é facil admitir, que uma ideia generosa possa ser abraçada por grande maioria de homens; mas quando essa ideia luta com interesses poderosos, com preconceitos arraigados, com sentimentos que atravessaram séculos, é preciso as vezes a intervenção dos homens que dirigem o timão do Estado; afim de que ella consiga triunfar, e torna-se facta de teoria, que era. (O PIAUHY, 18 de novembro de 1871, nº 196, p. 3).

Desta forma, segundo o redator desta notícia, a abolição da escravidão no Brasil estaria fadada a ter fim, não só pelos preceitos da religiosidade, onde todos os homens são iguais perante a Deus, ou mesmo pelas questões sociais de interesse do poder dos senhores donos de escravos, mas sim, por que, o até então sistema econômico vigente amparado na mão-de-obra escrava já não comportava este trabalho como o principal meio de produção

econômico do Brasil, pois agora via- se a mão- de- obra livre como sendo o mais lucrativo meio de subsistir a economia do país, é o que nos fala ainda Virgil Georg:

Certos de que dentro de limitado espaço de tempo a escravidão tem de expirar no paiz, os nossos fazendeiros que até agora somente contavam com braços escravos para a cultura de suas terras, e que suppunham não chegar jámais o tempo, em que o trabalho escravo seria transformado em trabalho livre, terão o cuidado de obter dentro e fôra do paiz uma parte dos braços de que necessita, offerecendo- lhes salários convenientes, e organizando companhias de colonisação, que nos traga homens industriosos, familias morigeradas, e todos os conhecimentos agronomicos, de que tanto necessitamos para o nosso regular progresso. (O PIAUHY, 18 de novembro de 1871, nº 196, p. 4).

Assim, Virgil Georg posiciona- se frente à extinção da escravidão e a efetivação do trabalho livre como sendo a melhor forma de progredir, onde a riqueza e o bem estar nacional hão de por fim desenvolver- se. Virgil nos leva a crer que uma sociedade baseado no trabalho livre era a melhor forma de avançar e civilizar, no momento que nos fala em “homens industriosos” e “famílias morigeradas”, “conhecimentos agrônômicos, de que tanto necessitamos para o nosso regular progresso”, tudo nos leva a acreditar que o país de até então era uma país incivilizado, atrasado, onde seu ideal de emancipação através das questões sociais, onde os interesses do poder público e dos senhores donos de escravos estariam a frente desta abolição, e não a generosidade dos mesmos, ou até mesmo a religiosidade nada mais era do que mais uma alternativa para extinção deste sistema, que em nada tinha a ver com o bem estar dos sujeitos que viveram sob o jugo do cativo, mas sim, com o “bem estar nacional” dos brancos livres e do progresso da nação.

Enfatizando isto, Virgil acrescenta nesta passagem que:

Profundamente convencido destas verdades, eu direi aos nossos fazendeiros: não vos assusteis com as medidas indicadas pela proposta do governo às camaras para manumissão do elemento servil, porque ellas são o fructo da meditação, da experiencia e do saber de homens patriotas, traquejados nos negócios publicos, e sinceramente devotados ao bem do paiz, em cujos conselhos se assentam: não vos assusteis, por que ellas estão rodeadas de todas a providencias secundarias, que devem garantir vossa propriedade e a segurança de vossas pessoas e famílias; não vos assusteis em fim suppondo lobrigar no futuro a pobreza e a miséria, porque a transformação do trabalho escravo em trabalho livre ha de dar- vos maior riqueza e maior bem estar, fim que todos almejamos neste mundo sublunar. (O PIAUHY, 18 de novembro de 1871, nº 196, p. 4).

Para Virgil Georg, a mudança do trabalho escravo para o trabalho livre irá trazer ao império uma nova era de felicidade, liberdade individual, civil e política, será o direito de todos os brasileiros; onde não haverá mais escravos e senhores, onde a escravidão não pode mais subsistir nas condições que lhe fez o passado, onde uma nova era há de nascer para o império, e a liberdade de mãos dadas com a ordem, animando o trabalho e a inteligência, assegurando a prosperidade, a grandeza e a felicidade de todos. (O PIAUHY, 18 de novembro de 1871, nº 196, p. 4).

Sucediam- se nas páginas do jornal *O Piauí* discursos dos mais diversos sobre a abolição do elemento servil, exaltado como um momento de plena bravura por parte das autoridades públicas que estavam sob o comando da emancipação destes sujeitos, a abolição do cativo foi exaltado como algo até mesmo ligado ao sagrado e religioso no ato dos homens bons da sociedade piauiense. A exemplo disso, temos a publicação de 9 de novembro de 1870, onde nos traz um comunicado sobre a *Sociedade Emancipadora Piauiense*, apontando como se sucedeu este acontecido na província do Piauí, e como a extinção deste sistema favorecia uma sociedade que caminhava para o progresso e para o bem estar da sociedade piauiense e da nação.

Quando no futuro algum homem, amante das cousas pátrias, proposer- se a transmitir à posteridade a historia desta província, hade parar chegando á data memorável do dia 1º de novembro de 1870, como defronte de um marco miliario da civilisação do progresso.

Nesse dia, para sempre grato ao coração brasileiro inaugurou se nesta cidade a associação *emancipadora piauiense*, cuja semente, dando fructos no mesmo instante, em que foi plantada, trouxe immediatamente a liberdade a 12 desherdados da fortuna, que havião nascidos sem ella.

O espectáculo sublime dos homens mais grados da localidade, reunidos para occuparem- se da sorte dos escravos, tinha alguma cousa de religioso, que lembrava a caridade dos primeiros christãos, e um quér que seja de alegria indefinida, que não se podia esconder no coração, nem occultar do semblante.

A cadeira presidencial offerecida, mas não aceita pelo Exm. Snr. Dr. Espindola Junior foi em seguida occupada pelo Reverendo Vigario Mamede Antonio de Lima, revestido dos seus habitos tolaes: S. Exc. Contentou- se com o modesto logar de primeiro secretario e o de segundo foi occupado pelo Dr. Coelho Rodrigues.

Estes trez homens, representando juntamente o poder espirital, o poder legislativo e o executivo profanos, cooperando todos para o mesmo fim, symbolisavão bem os brasileiros uniformes e concordes no pensamento humanitario de extinguir- se esse barbaro legado dos seculos passados, essa

viva incarnação dos tempos do despotismo. (O PIAUHY, 9 de novembro de 1870, nº 148, p. 2).

Editada supostamente por um dos redatores deste jornal, baseado na hipótese de que este seja também filiado ao Partido que carrega o nome deste periódico, a publicação de 9 de novembro de 1870, nos faz referência de um acontecimento grandioso para a história da sociedade piauiense, a inauguração da referida *Sociedade Emancipadora Piauiense*, onde foi exaltada como um marco memorável na história desta sociedade. Momento em que esta caminhava agora a “passos curtos” para o progresso.

O discurso do progresso era fator preponderante para estes redatores como justificativa para a emancipação dos escravos, segundo o que se pode concluir é que para estes interlocutores a nação só se industrializaria e se modernizaria mediante a extinção de tamanho legado bárbaro de milhares de séculos que era a escravidão. Onde caberia aos homens “bons” a capacidade de libertar de tamanha lástima tantos desafortunados.

Esse momento, como foi referenciado nesta notícia, assim como já o tinha sido na publicação anterior, já citada neste trabalho, mostra a “abnegação” dos “homens bons” desta sociedade, “caridosos” nas suas atitudes os elevando antes mesmo a um caráter quase que sagrado na promulgação de seus atos. Este ato de bravura, segundo esta notícia, simbolizava a todos os brasileiros nos seus concordes gestos humanitários, diante dos tempos bárbaros de escravidão em que vivia o Brasil, onde lembrava mais os tempos de despotismo europeu.

No entanto, o que podemos observar, diante de tais discursos, é que em nada tinha de bondade no ato destes emancipadores, pautados na preocupação de modernizar a nação, de civilizá-la, inserindo nesta as chamadas famílias morigeradas e pessoas industriais, o que podemos perceber é que o trato propriamente com os escravos, sua condição enquanto sujeitos agora libertos, os destinos que levariam as suas vidas não são perpassados como uma preocupação maior nestes mesmos discursos dos interlocutores dos emancipadores.

Podemos concluir tal fato, nesta passagem da mesma notícia:

Concluindo que a sociedade devia admitir, como uma das suas bases, a preferência das creanças não baptizadas do sexo feminino; visto como era impossível tratar-se da libertação de todos os escravos, e, quando não o fosse, haveria perigo de uma revolução econômica e de outra social na transição brusca de tantos milhares de homens, não educados para a vida

civil e politica, do estado de escravidão para o estado de liberdade. (O PIAUHY, 9 de novembro de 1870, nº 148, p. 2)

Assim, a preocupação maior era com o bem estar da nação livre, pois ao mesmo tempo em que se optava por libertar as crianças, isso nada mais era do que a preocupação de libertar primeiramente os que supostamente eram mais vulneráveis ao domínio dos homens de poder, para depois libertar a massa escrava. Cautelosamente pensada a libertação dos escravos aqui no Piauí, para que estas manumissões não provocasse uma revolução econômica e nem tão pouco social, no sentido de não provocar sofrimento na nação com tantos sujeitos inabilitados para a vida civil e política.

A escravidão era vista como mostra os discursos destes redatores, como sendo um sistema político- econômico e social que envolvia a nação num atraso aterrador, e para que esta sociedade avançasse industrialmente, equiparando- se, se podemos dizer assim, aos de uma sociedade “civilizada” com o fim desse sistema bárbaro que lembrava antes mesmo o despotismo, era preciso que a nação emancipasse, e se livrasse antes mesmo dos ranços da escravidão.

Nesta mesma edição de 9 de novembro de 1870 o então fundador do jornal *O Piauí*, Antônio Coelho Rodrigues proferiu seu discurso sobre a implantação da Sociedade Emancipadora Piauiense, seu pronunciamento mostra- nos algumas peculiaridades sobre o que se pensava sobre a libertação dos escravos no parecer deste periódico, a saber:

DISCURSO PROFERIDO PELO EXM. SR. DR. ANTONIO COELHO RODRIGUES POR OCCASIÃO DA INSTALAÇÃO DA SOCIEDADE EMANCIPADORA, NO DIA 1 DE NOVEMBRO.

Cidadãos- Há alguns anos que agita- se entre nós a gravíssima questão do elemento servil.

Nenhum homem político de alguma instrução pôs ainda em duvida a necessidade de sua abolição; porem a divergencia sobre a escolha dos meios mais adequados às circunstancias e ao estado do paiz, assim como sobre a oportunidade dos já propostos, tem differido até hoje a melindrosa solução desse problema eminentemente social. (O PIAUHY, 9 de novembro de 1870, nº 148, p. 3).

O discurso proferido pelo então fundador deste periódico, nos mostra claramente seu posicionamento com relação a abolição dos escravos. Entretanto, o redator mostra mais uma vez a preocupação dos meios legítimos para tal processo, como fora anteriormente mencionados neste trabalho, as divergências que envolviam abolição do elemento servil

envolviam as questões morais e religiosas, outros tantos apoiavam que para haver a transição do escravismo para a emancipação destes deveria haver uma ligação íntima às questões econômicas e sociais, ressaltando ainda as condições em que o Brasil vivia para tal transição.

Fora os debates que envolviam os meios legítimos para a abolição da escravidão, perpassavam- se nos discursos deste redator os questionamentos que levaram- nos ao legado de tão grande barbárie, como nos mostra nesta passagem do seu discurso:

Filha do direito da força e fructo da politica pouco escrupulosa do poder absoluto; a escravidão foi recebida por nós como um legado bárbaro dos séculos passados e uma doença constitucional do péssimo regime, que durante mais tresentos annos pesou sobre o Brazil.

Perdemos na época da independência a melhor ocasião de abolir- se com um traço de penna essa negra instituição do absolutismo. (O PIAUHY, 9 de novembro de 1870, nº 148, p. 3).

Sistema baseado na força bruto de desenraizamento de sujeitos escravizados, de uma política pouco escrupulosa herdada pelo absolutismo, a escravidão, segundo Antônio Coelho Rodrigues, foi nos submetida como um legado bárbaro de séculos passados, onde perdurou entre nossas fronteiras durante mais de trezentos séculos. Poucas foram as oportunidades de abolir tamanha doença constitucional, onde uma delas foi em tempos de Independência do Brasil, passado essa oportunidade permanecemos- nos em tão grande obscurantismo constitucional.

Por outro lado, Antônio Coelho Rodrigues ressalta ainda que para haver a extinção deste “câncer” constitucional, precisaria coexistir entre as formas legítimas de abolição, uma revolução, principalmente na economia, onde surtisse efeito nas várias instâncias da sociedade. Assim nos mostra nesta passagem final do seu discurso:

Por outro lado uma solução completa e immediata a questão do elemento servil importaria uma revolução econômica bastante forte para commover o paiz inteiro e sustar a produção, circulação e distribuição de todas as riquezas particulares, e por consequência da publica, sem a qual não ha Estado prospero.

Accresce que, habituados com o trabalho forçado, obrigatório, e quase manual, á mingoa do poderoso incentivo da esperança de melhorar a própria condições de escravos libertados de improviso cahirão na inercia, acreditando que so esta poderia marcar a sua diferença de estado; e o proletarismo, que inundou Roma decrepita, viria n’um instante assoberbar o Brazil vigoroso e superabundante de recursos.

[...]

A transição do estado de escravidão para o estado de liberdade é muito grande para effectuar se inopinadamente entre esta e aquella há um abysmo, e o homem não transpõe abysmos sem arriscar se a quedas. A queda que no mundo intelectual chama se erro, no mundo moral chama se crime. (O PIAUHY, 9 de novembro de 1870, nº 148, p. 3).

Para este, a escravidão foi um sistema bárbaro implantado no Brasil, por uma sociedade que tinha em seus preceitos o absolutismo positivista. No entanto, apoiado a emancipação do elemento servil, cairíamos ainda nas questões que envolviam uma suposta revolução econômica para tal transição, pois se a sociedade já vivia sob os costumes do trabalho servil e obrigatório de outrem, para que houvesse tal mudança esta deveria passar por uma revolução na economia onde assim pudesse comover todo o país para esta mudança.

Os discursos proferidos pelos redatores do jornal *O Piauhy* eram bastante cautelosos no que diz respeito às questões escravocratas, pois, baseando- nos nas ideias do intelectual russo Mikhail Bakhtin compreendemos que, “a enunciação de um signo é sempre também a enunciação de índices sociais de valor” (BAKHTIN, 2002, p.54). Ou seja, os discursos proferidos por estes redatores não estavam totalmente desvinculados do seu contexto de enunciação.

Pertencentes do Órgão do Partido Conservador, estes redatores apoiavam- se nos seus ideais, pautados num processo de emancipação cautelosa onde o bem estar da nação estava em primeiro plano, onde a necessidade de se modernizar e civilizar a nação eram também fator preponderante. Mostrava- se nestes discursos a preocupação de inserir nesta nação famílias morigeradas, pessoas industriosas que facilitasse nesse processo de modernização da nação. A abolição desse sistema era vista por estes redatores como de inteira necessidade, pois destruiria os ranços da barbárie absolutista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornal *O Piauí* foi utilizado neste trabalho como fonte e objeto de pesquisa, propiciando- nos ressaltar as peculiaridades do escravismo piauiense dos quatro primeiros anos da década de 1870 do século XIX, objeto pelo qual proporcionou-nos observar também os discursos que este veículo jornalístico propagava sobre a escravidão e suas peculiaridades através dos anúncios e notícias de seus redatores, bem como os regimentos internos das províncias.

Assim, anúncios como os de fuga, venda e aluguel de escravos nos serviram de exemplo para percebermos as condições a que eram submetidos. Nos anúncios de fuga observamos características marcantes da condição desses sujeitos, apesar da possível e aparente liberdade que esses escravos obtinham, os motivos mais recorrentes das fugas desses cativos eram sem dúvidas devido aos maus tratos por parte dos senhores. Continham nesses anúncios as características detalhadas dos sujeitos, nome, idade, altura, características físicas, as marcas de açoites, o que estes sujeitos levavam durante suas fugas, dentre outras características que nos serviram para perceber os diversos motivos que levavam estes sujeitos a fugirem.

Para além da “insubmissão” desses cativos através das fugas, esses sujeitos eram perpassados ainda nesses anúncios como “mercadorias”, “coisas”, a serem vendidas e leiloadas, eram anúncios em que se divulgava uma “peça” a ser vendida ou para a prestação de seus serviços, como era o caso das “amas- de- leite”. Eram publicações simples e concisas, mas que denotavam um caráter exploratório desses indivíduos. Continham ainda nesses anúncios, características e descrições minuciosas sobre estes cativos, onde eram muitas das vezes até mesmo descrições exageradas de qualidades e aperfeiçoamentos que nem sempre existiam, mas que serviam para uma bem sucedida negociação entre comprador e vendedor.

Encontrava- se nas páginas do *O Piauí* termos das resoluções das províncias, esses termos nada mais era do que resoluções de códigos de posturas onde regulamentava os espaços onde cada indivíduo deveria ocupar na sociedade. Pois apesar da presença constante desses desafortunados nas várias instâncias da sociedade, principalmente como mão- de- obra laboral, a população das cidades vivia constantemente sob o medo dos riscos de uma

insubmissão coletiva de escravos, para tanto regia- se através de códigos de posturas os espaços, tempo e modo como estes sujeitos deveriam gerir suas vidas dentro dos espaços que compunham a sociedade. Assim, essas medidas nada mais eram do que a preocupação das províncias em regulamentar medidas rigorosas que tornasse efetivo o controle da sociedade, as normas existiam para distribuir os indivíduos no espaço e mostrar a eles qual lugar deveriam ocupar dentro desta.

Além desses códigos de posturas os escravos estavam presentes também nas páginas do jornal *O Piauí* por meio de matrículas, recenciamento e manumissões, isso nada mais era do que uma prestação de conta dos governos das províncias para o governo geral, as matrículas eram uma espécie de certidão de nascimento dos cativos, por meio destas identificava- se cada escravo facilitando no recenciamento populacional do império. Já as manumissões eram os meios utilizados para informar a sociedade como esses escravos seriam libertos. Os códigos regidos através das manumissões, expostos nos anúncios do jornal, são ricos nas descrições das peculiaridades dos processos de libertação dos cativos.

Estes anúncios nos foram de grande relevância para percebermos as peculiaridades do escravismo piauiense dos primeiros quatro anos da década de 1870 do século XIX, as formas como viviam os sujeitos escravizados, sua condição enquanto sujeito desprovido de liberdade, os espaços em que deveriam ocupar dentro da sociedade, dentro tantos outros fatores. Entretanto, para além dessas questões, continham nas páginas deste jornal os discursos proferidos por seus redatores com relação à escravidão e o debate de casos isolados de sujeitos escravizados onde mostravam seu posicionamento com relação ao assunto.

Nos casos de assassinatos de escravos, como foi o do escravo Victoriano, os discursos proferidos pelo o editorial do jornal se mostrou complacente com a causa, mostrava- se nestes discursos a injúria que acometeu a vida do mesmo, onde ressaltavam o descaso por parte das autoridades públicas com relação ao assunto. O crime acometeu toda a sociedade provincial e a imprensa do então jornal *O Piauí* devido à magnitude do crime e o descaso das autoridades públicas.

Os assuntos referentes a escravidão eram perpassados de diversas formas pelo jornal *O Piauí*, ao mesmo tempo em que estas notícias tinham um caráter informativo, publicando sobre fuga, venda, e aluguel de escravos, o mesmo publicava nas páginas seguintes sobre crimes contra escravos, denunciando crimes que acometiam a vida destes sujeitos,

contraditório o seu posicionamento, pois ao mesmo tempo que divulgava sobre uma “peça” a ser vendida ou para a prestação de serviços, logo em seguida denunciava crimes que acometiam a vida desses sujeitos.

Favorecia- se a causa ao tempo em que o sistema não se desvirtuava das normas regidas a ele, pois ao mesmo tempo em que se divulgava sobre os crimes contra escravos, quando ocorria o inverso estes sujeitos eram vistos de forma animalesca diante dos crimes que cometiam, não se ressaltava, por exemplo, que na maioria das vezes esses crimes poderiam ter acontecido por motivos de ameaças contra esses cativos, ou mesmo por castigos contra esses indivíduos.

Os discursos proferidos sobre a abolição dos escravos mostrava- se mais contraditório ainda, pois a o mesmo tempo em que se divulgava a necessidade de se abolir tamanho sistema bárbaro, a preocupação maior era na verdade civilizar e modernizar uma nação que vivia num atraso aterrador estava fora de questão a complacência dos homens bons da província que se diziam coniventes com a causa, na verdade encontrava- se em segundo plano, como pudemos observar, a preocupação de inserir estes sujeitos na sociedade, o bem estar da nação livre era de fato a preocupação desses emancipadores e não o bem estar dos escravos , o discurso sobre o progresso da nação era a principal justificativa para abolir tal sistema.

Cautelosamente pensada a libertação dos escravos aqui no Piauí, para que esta emancipação não provocasse uma revolução econômica e nem tão pouco social, no sentido de não provocar sofrimento na nação com tantos sujeitos inabilitados para a vida civil e política. A escravidão deveria ser abolida, para que a nação moderniza- se e civilizasse- se fugindo, assim, dos ranços da política pouco escrupulosa do absolutismo.

Comprendemos, assim, que o periódico aqui em questão mostrava- se no limite do equilíbrio entre “apoiar” as causas escravocratas e a abolição da mesma, juntamente com o seu discurso conservador, pois apoiando- nos na ideia de que um discurso não encontra- se fora do seu contexto de enunciação, *O Piauí* como pertencente do Órgão do Partido Conservador, mostrava- se conivente com as causas conservadoras, justificadas como pudemos perceber, pelo discurso do progresso e de civilização da nação, pois ao mesmo tempo em que apoiava a causa, refutava- se entre as entrelinhas os seus reais motivos de emancipação do sistema escravista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

O PIAUHY, 12 de março de 1870

O PIAUHY, 31 de Jul. de 1873, nº274, p. 4

O PIAUHY, 16 de jul. de 1870, nº137, p. 4

O PIAUHY, 19 de março de 1870, nº125, p. 4

O PIAUHY, 8 de jun. de 1872, nº221, p. 4

O PIAUHY, 9 de jul. de 1872, nº 225, p. 4

O PIAUHY, 16 de novembro de 1870, nº 149, p. 1

O PIAUHY, 6 de dez. de 1870, nº 151, p. 1- 2

O PIAUHY, 25 de jan. de 1873, nº 249, p. 2

O PIAUHY, 8 de jun. de 1872, nº 221, p. 3

O PIAUHY, 21 de agosto de 1871, nº 185, p. 2-3

O PIAUHY, 16 de jan. de 1873, nº 248, p. 1- 2- 3

O PIAUHY, 31 de jan. de 1870, nº 119, p. 3

O PIAUHY, 4 de jul. de 1871, nº 179, p. 4

O PIAUHY, 2 de maio de 1870, nº 129, p. 3

O PIAUHY, 18 de maio de 1872, nº218, p. 4

O PIAUHY, 4 de fev. de 1871, nº 159, p. 4

O PIAUHY, 18 de novembro de 1871, nº 196, p. 3

O PIAUHY, 18 de novembro de 1871, nº 196, p. 4

O PIAUHY, 9 de novembro de 1870, nº 148, p. 2

O PIAUHY, 9 de novembro de 1870, nº 148, p. 3

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. FILHO, Walter Fraga. **Uma História do Negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro- Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALGRANTI, Leila Mezan. **D. João VI: os bastidores da independência**. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1987.

BAKHTIN, M. (Volochinov). **Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem**. Annablume Editora. São Paulo, 2002.

BARROS, José D' Assunção. **Escravidão Clássica e Escravidão Moderna. Desigualdade e Diferença no Pensamento Escravista: uma comparação entre os tempos antigos e os modernos**. *Ágora. Estudos Clássicos em Debate*. N° 15. 2012. p. 195-230.

BASTOS, Ane Karine P. de Holanda. **Estratégias publicitárias do anúncio de escravo no jornal de Recife**. In *Mercatus Digital*, Recife, v. 1, n. 1, p. 23–40, julho de 2010.

BRANDAO, Tanya Maria Pires. **O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII/ Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 1999.**

BURKE, Peter. **A revolução francesa na historiografia: A Escola dos *Annales* 1929-1989**. 2ª ed. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista. 1991.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 5., 1969, Campinas. Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. Portos, rotas e comércio. São Paulo: FFLCH-USP, 1971, v. 2. p. 239. Respostas às intervenções dos simposistas.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO Maria Ligia. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: as artes de fazer**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

CONRAD, Robert Edgar. **Tumbeiros: o tráfico escravista para o Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DOSSE, François. **A história em migalhas: dos Annales a nova história**. Ed, 2ª reimpr. Campinas, editora da Unicamp, 1992.

FALCI, Miridan Britto Knox. **Escravos do sertão: Demografia, Trabalho e Relações Sociais. Piauí. 1826-1888**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

FARACO, C. A. **Linguagem e Diálogo: As ideias linguísticas do círculo de Bakhtin**. Criar Edições. Curitiba, 2003.

FERLINI, Vera Lucia Amaral. **A civilização do açúcar: séculos XVI a XVIII**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERRARI, Ana Josefina. **Fuga e Resistência: O caso das fugas dos escravos na cidade de Campinas entre 1870 e 1880**. Seminário Internacional Michel Foucault, Anais, Perspectivas, 22 de setembro de 2004.

FERREIRA, Heloisa Souza. **Dando voz aos anúncios: os escravos nos registros de jornais capixabas (1849- 1888)**. Temporalidades – Revista discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, vol. 2, nº 2, agosto/dezembro de 2010, p. 68.

FILHO, Celso Pinheiro. **História da Imprensa no Piauí**. Teresina: Zodíaco, 3ª edição, 1997.
FREYRE, Gilberto. **Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. São Paulo: Global, 2010.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 33. Ed. São Paulo: Nacional, 2004.
GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. **A análise do discurso: conceitos e aplicações**. Rev. N. 39, Alfa: São Paulo, 1995. p. 13- 21.

LE GOFF, Jacques. **Documento/Monumento**. In: Enciclopédia Einaudi. Vol. 1. Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999. p.95-106.

LUCA, Tânia Regina de. **A história dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2008.

LUNA, Luiz. **O negro na luta contra a escravidão**. Rio de Janeiro: Ed. Leitura S/A, 1968.

MARTINS, Ana Luiza. **Revista em Revista: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República**. São Paulo (1890-1922). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã: Crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feurbach, B. Bauer e Stirner**. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Ed. São Paulo: Boitempo, 2011.
MOTT, Luiz. **Piauí Colonial: população, economia e sociedade**. -2. Ed.- Teresina: APL, FUNDAC, 2010.

NUNES, Odilon. **Pesquisa para a história do Piauí**. Ed. Teresina: FUNDAP, 2007. (Coleção Grandes Textos, v. I).

QUEIROZ, Suely R. Reis. **Escravidão negra no Brasil**. Serie Principios. São Paulo: Ática, 1987.

REIS, José Carlos. **A História entre a Filosofia e a Ciência**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SILVA, Marilene R. N. da. **Negro na Rua: a nova face da escravidão**. São Paulo: HUCITEC, Brasília: CNPq, 1988, p. 97.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2005.

SODRÉ, N. W. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1983 66.

ZERO, Arethusa Helena. **O preço da liberdade: caminhos da infância tutelada**. Rio Claro (1871-1888). Dissertação (Mestrado). Campinas, SP.